

ACTA N.º 31/2011

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 30 minutos

Encerramento: 15 horas e 57 minutos

No dia vinte e cinco do mês de Julho de dois mil e onze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor Carlos António Pinto Coutinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha
José António Salvador Rodrigues da Avó
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos
Maria Gabriela Gambóias dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

Pelo Senhor Vice-Presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Câmara Municipal Presidência/Vereação		
	Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores		
1	Aprovação da acta da reunião anterior		
2	Exclusão dos Utentes do Concelho de Benavente dos Serviços Protocolados entre o SNS e a Santa Casa da Misericórdia de Benavente		Comissão de Utentes do Concelho de Benavente
	Departamento Municipal Administrativo e Financeiro		
	Apoio Jurídico		
3	Legislação síntese	Informação A.J. n.º 73/2011, de 20 de Julho	

	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
4	VI Alteração ao Orçamento e VI Alteração às Grandes Opções do Plano / Proposta		
	Subunidade Orgânica de Contabilidade		
5	Resumo Diário de Tesouraria		
	Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças		
6	Ocupação da via pública / esplanada	904/2011	Nelya Holovanchuk
7	Alargamento de horário de funcionamento / Bar	Reg. 11651, de 19.07.2011	José Francisco Dias Nunes
	Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento		
	Subunidade Orgânica de Obras Particulares		
8	Plano de Gestão de Lamas (PGL) – Pedido de parecer relativo às condicionantes apresentadas	11758/2010	Terra Fértil – Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.
9	Reclamação	1211/2008	Ana Bela Nunes Rocha
10	“ “	924/2011	Maria Celeste Carvalhal
11	Ordenamento de Trânsito	329/2011	Executivo – Vereador Miguel Cardia
12	“ “	631/2011	Executivo – Vereador Manuel dos Santos
13	“ “	810/2011	Junta de Freguesia de Samora Correia
	Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo		
	Educação		
14	Refeições servidas aos alunos da Escola EB 1 das Acácias – Mês de Junho	Informação DM CET n.º 70/2011, de 15 de Julho	Agrupamento de Escolas de Samora Correia
	Acção Cultural		
15	Festas em Honra de N.ª Sra. de Oliveira e Guadalupe – Pedido de		ARCAS – Associação Recreativa e Cultural

	apoio		Amigos de Samora
16	Festas em Honra de Nossa Senhora da Paz – Pedido de apoio		Comissão de Festas em Honra de Nossa Sra. da Paz
	Bibliotecas e Arquivo Histórico		
17	Bibliotecas Municipais – Horário de funcionamento/atendimento	Informação n.º 03/2011, de 14 de Julho	
	Divisão Municipal de Desporto, Acção Social e Juventude		
	Intervenção Social e Saúde		
18	Revisão de valor de renda	Informação Social n.º 111/2011	
19	Apoio na cedência de refeições – prorrogação do período de cedência	Informação Social n.º 121/2011	
20	Pedido de fornecimento de refeições diárias ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem Estar Social Padre Tobias	Informação Social n.º 122/2011	
21	Apoio na cedência de refeições – prorrogação do período de cedência	Informação Social n.º 123/2011	
22	Atribuição de Bolsas de Estudo (Mérito, Ensino Superior e Secundário), Ano Lectivo 2010/2011	Informação Social n.º 124/2011	
23	Período destinado às intervenções dos membros da Câmara		
24	Aprovação de deliberações em minuta		

Secretariou a Chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, coadjuvada por Anabela Rodrigues Gonçalves, Coordenadora Técnica.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: Verificou-se a ausência do Senhor Presidente, por motivo de gozo de férias.

«A Câmara Municipal considerou justificada a ausência.»

01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto 2 – EXCLUSÃO DOS UTENTES DO CONCELHO DE BENAVENTE DOS SERVIÇOS PROTOCOLADOS ENTRE O SNS E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE (SCMB)

Entidade: Comissão de Utentes do Concelho de Benavente

Assunto: Dada a natureza abrangente do problema que se prende com o incumprimento do protocolo assinado entre a SCMB e a ARS LVT, excluindo os utentes do Concelho de Benavente de usufruírem dos benefícios daquele protocolo; negando aos Benaventenses serem abrangidos pelo SNS numa obra que gerações de seus antepassados souberam criar, a SCMB, decidiu esta Comissão dirigir-se ao presidente da ARS LVT exigindo o cumprimento daquele protocolo, devolvendo aos utentes do Concelho de Benavente a possibilidade de beneficiarem das participações conseguidas desse modo, dado que, por incrível que pareça, utentes dos concelhos vizinhos continuam a usufruir.

Para vosso conhecimento e eventual alerta e solidariedade na resolução de um problema que afecta por igual todos os utentes do Concelho de Benavente, em anexo, remeto cópia do ofício que endereçámos por esta via ao Pte da ARS LVT, com conhecimento a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

Sem outro assunto de momento e desejando um óptimo fim-de-semana, vos enviamos os nossos melhores cumprimentos e o apelo a que nos ajudem a resolver com celeridade este grave e aberrante problema.

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE recordou, que já na anterior reunião do Executivo teve oportunidade de referir a problemática que se prende com a ARS e a Santa Casa da Misericórdia de Benavente no que diz respeito às questões da saúde.

Acrescentou, que a Comissão de Utentes dá conta das diligências que fez junto do Presidente da ARS e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, transmitindo-lhes a indignação pelo facto dos utentes de Benavente não poderem usufruir dos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Benavente.

Afirmou, que a Câmara Municipal, conjuntamente com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente, continua a acompanhar o desenvolvimento do assunto, estando previsto levar a efeito algumas diligências no decurso da semana, das quais se espera que possa resultar a resolução da situação.

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

02.01.03- Apoio Jurídico

Ponto 3 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 14 E 20 DE JULHO DE 2011 E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA:

Informação A.J. n.º 73/2011, de 20 de Julho

Aviso n.º 14190/2011, do Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, publicado no D.R. n.º 134, Série II de 14 de Julho: Taxa supletiva de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2011 **[DMAF, GGCPQ]**

Aviso n.º 14323/2011, do Município de Benavente, publicado no D.R. n.º 135, Série II de 2011-07-15: Projecto de Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços **[DMAF, AJ, DMGARH, SOTL, SOASC, FISCALIZAÇÃO]**

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 4 – VI ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E VI ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / PROPOSTA

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a reforços e diminuições.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Ana Casquinha, por considerar que se trata de opções políticas de quem governa em maioria, aprovar as propostas do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativas à VI Alteração ao Orçamento e à VI Alteração às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricadas e por fotocópia, ficam apenas à presente acta. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número cento e trinta e oito, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: seis mil, novecentos e trinta e seis euros e quinze cêntimos, sendo seis mil, duzentos e noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos em dinheiro, e seiscentos e trinta e sete euros e dezassete cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

C.G.D – Benavente

Conta - 00350156000009843092 – duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e onze cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000280563011 – cento e quinze mil, trinta e dois euros e noventa cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000061843046 – quinhentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove euros;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560001470473069 – trinta e seis mil, cento e quarenta e seis euros e noventa e três cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001496353057 – setecentos e cinquenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos;

C.G.D – BNU

Conta - 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

B.C.P. – Benavente

Conta - 003300000005820087405 – onze mil, trezentos e noventa e quatro euros e vinte e cinco cêntimos;

BNC – Samora Correia

Conta - 004602561087080018636 – três mil, duzentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos;

CCAM – Samora Correia

Conta - 004552804003737040413 – dezassete mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e dezassete cêntimos;

CCAM – Santo Estêvão

Conta - 004552814003724462602 – dois mil, setenta e um euros e catorze cêntimos;

CCAM – Benavente

Conta - 004550904010946923865 – três mil, duzentos e dezoito euros e doze cêntimos;

BES – Benavente

Conta - 000703400000923000754 – mil, trezentos e quarenta e oito euros e trinta e nove cêntimos;

BPI – Samora Correia

Conta - 002700001383790010130 – oitocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta - 001800020289477400181 – setecentos e vinte e dois euros e oitenta e quatro cêntimos;

Balclays Bank, Plc

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – dois mil, novecentos e sessenta e um euros e noventa e nove cêntimos.

Num total de disponibilidades de um milhão, dezanove mil, quatrocentos e dois euros e cinquenta e dois cêntimos, dos quais trezentos e vinte e oito mil, vinte e cinco euros e setenta e nove cêntimos são de Operações Orçamentais e seiscentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e seis euros e setenta e três cêntimos de Operações Não Orçamentais.

O saldo em documentos é de vinte e sete mil, setecentos e noventa e sete euros e vinte e um cêntimos.

02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Ponto 6 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA / ESPLANADA

Processo n.º 904/2011, de 08.07 – Reg. 11183/2011, de 08.07

Requerente – Nelya Holovanchuk

Localização – Urbanização Portas do Sol, lote 12 – r/c. dto. – Benavente

Assunto – Licenciamento de esplanada

Informação Técnica de Trânsito e Toponímia, de 12.07.2011

“Solicita a requerente autorização para colocar uma esplanada de 15m² na proximidade da loja de produtos alimentares do Leste, Brasil e cafetaria, em espaço público localizado nas traseiras das piscinas municipais de Benavente, nos meses de Julho a Outubro.

Analisado o pedido e visitado o local, cumpre informar:

1 – A esplanada será composta por 4 mesas e 16 cadeiras de cor cinzenta, mais 4 chapéus-de-sol de cor vermelha.

2 – Existe espaço envolvente mais do que o suficiente para garantir a livre circulação de peões. Cerca de 2m de passeio na frente da Loja e 3 m de passeio na parte lateral da Loja, que termina na esquina do lote 12 do prédio.

3 – O espaço comercial e até o espaço público serão valorizados e tornar-se-ão mais agradáveis para quem deles usufrui.

Em suma, sugerimos o funcionamento da esplanada nos termos supra referidos”.

À consideração Superior.

Pedro Pereira, Técnico Superior de Administração Autárquica

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a informação técnica em apreço.

Ponto 7 - ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO / BAR

Reg. N.º 11651, de 19.07.2011

Requerente – José Francisco Dias Nunes

Localização – Largo do Calvário – Samora Correia

Informação DMAF n.º 398, de 19.07.2011

1 – Através de carta mencionada em epígrafe, vem a impetrante na qualidade de gerente do estabelecimento de bebidas, com a insígnia ***Bar Tretas e Olés***, sito no local acima referenciado, solicitar o alargamento de horário de funcionamento.

2 – Alega na sua petição, para que a mesma seja objecto de deferimento, que:

2.1 – “ (...) vai decorrer entre os dias 18 e 22 de Agosto do corrente ano em Samora Correia as Festas em Honra de N.ª Sra. de Oliveira e N.ª Sra. de Guadalupe;

2.2 – “ (...) estando a explorar o bar Tretas e Olés, situado no Largo do Calvário, estando programado largadas de touros ao longo destes dias e durante a noite, venho por este meio solicitar que mês seja facultada a possibilidade de encerrar o bar às 06.00 horas da manhã e não às 24.00 horas e 02.00 horas, conforme o horário que tenho, voltando ao horário normal, após terminar os referidos eventos”.

3 – Assim e tendo em conta a exposição da requerente, cumpre informar:

3 – 1 – O espaço comercial em causa foi licenciado como estabelecimento **de bebidas**, através do alvará de licença de utilização n.º 135/99, emitido em 11 de Outubro.

3 – 2 – Em 21 de Janeiro de 2010, foi emitido o seguinte mapa de horário de funcionamento:

De domingo a quinta-feira

ABERTURA – 12.00 horas – ENCERRAMENTO – 24.00 horas

Sexta-feira, sábado e vésperas de feriados

ABERTURA – 12.00 horas – ENCERRAMENTO – 02.00 horas

4 – Analisado o respectivo pedido à luz do Regulamento dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Benavente, (art. 2.º n.º 3- Regime Geral de Funcionamento) cumpre-me informar o seguinte:

- Podem funcionar sem restrições de horários os empreendimentos turísticos e de hospedagem

5 – A Câmara Municipal pode alargar os horários fixados nos artigos 2.º e 3.º do já citado Regulamento, desde que:

5 - 1 - (...) Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao turismo o justifiquem;

5 – 2 – Não afectem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;

5 – 3 – Não desrespeitem as características sócio-culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento;

5 – 4 – A Câmara Municipal deve ter em conta os interesses dos consumidores, as novas necessidades de ofertas turísticas e novas formas de animação e revitalização dos espaços sob sua jurisdição.

6 – Contudo, antes da deliberação final de restrição ou alargamento do horário deverá a Câmara Municipal consultar a Junta de Freguesia da área onde o estabelecimento se situa, bem como dar conhecimento à G.N.R. – Posto Territorial de Samora Correia.

Face ao exposto, deixo o assunto à consideração superior do Sr. Director do D.M.A.F.

O Assistente Técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE observou, que a Câmara Municipal já anteriormente autorizara que o bar Tretas e Olés pudesse funcionar em horário alargado durante a Semana Taurina, encerrando às seis da manhã, pelo que não vê qualquer inconveniente em que o mesmo possa acontecer nas Festas em Honra de N.ª Sra. de Oliveira e N.ª Sra. de Guadalupe.

Acrescentou, que embora o critério adoptado seja o de solicitar parecer à GNR e à Junta de Freguesia, considerando que há relativamente pouco tempo estas duas entidades se pronunciaram favoravelmente, crê que não tendo conhecimento de nenhuma reclamação sobre o funcionamento daquele bar, propôs que a Câmara Municipal autorize o alargamento de horário para o período de realização das festas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.

04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares

Ponto 8 – PLANO DE GESTÃO DE LAMAS (PGL) – PEDIDO DE PARECER RELATIVO ÀS CONDICIONANTES APRESENTADAS

Processo OP/11758/2010

Interessado: Terra Fértil – Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.

Local: Foros da Charneca – Benavente

Informação G.J n.º 70/2011, de 15 de Julho

1 – Em 2011.04.21 foi recepcionado o expediente remetido pelo Gabinete do Ambiente, incluindo a Informação G.A. n.º 19/2011, relativo ao processo mencionado em epígrafe.

2 – De acordo com o referido expediente, verifica-se que:

2.1 – Em 2010.06.24, através do requerimento n.º 11758, a TERRA FÉRTIL, Lda., solicitou a emissão de parecer às condicionantes apresentadas face às medidas preventivas das áreas destinadas à implantação do novo aeroporto de Lisboa (NAL), nos termos do Decreto n.º 19/2008, de 1 de Julho, para a sua pretensão traduzida num Plano de Gestão de Lamas (PGL) a utilizar numa exploração agrícola em Foros da Charneca, freguesia e Município de Benavente.

2.2 – Considerando que, nos termos do art. 14.º do D.L. n.º 276/2009, de 2 de Outubro, a utilização de lamas em solos agrícolas, num determinado perímetro de intervenção, está sujeita ao um PGL aprovado pela DRAP territorialmente competente, junto àquele requerimento foi anexado, por fotocópias, o processo relativo à aprovação, nos termos do art. 16.º do diploma, do PGL, por parte da respectiva entidade licenciadora, a saber, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo – DRAPLVT.

Tal aprovação incluía os pareceres das entidades a que se reporta o art. 15º do diploma, ou seja, a CCRDRLVT e a ARH do Tejo, I.P.

2.3 – Tendo em conta que a CCDRLVT emitiu parecer favorável ao PGL, devendo, contudo, ser assegurada a sua salvaguarda e cumprimento junto de diversas entidades jurisdicionais, foi, então, proposto, que o mesmo fosse remetido à “ (...) Câmara Municipal de Benavente nos termos do estipulado na alínea f) do n.º 3 do artigo 1 e no n.º 5 do artigo 4 do Decreto 19/2008, de 1 de Julho, que estabeleceu as Medidas Preventivas das áreas destinadas à implantação do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). Relativamente a esta questão refere-se que a exploração G, incluída no

perímetro de intervenção do PGL e situada no concelho de Benavente, se insere na Zona 6A da área sujeita a essas medidas preventivas. (...)”

2.4 – A pretensão foi objecto de análise por parte dos serviços municipais, através da Informação DMPUD n.º 51/2010, de 04 de Outubro, a qual foi presente em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 2010.10.18, tendo sido deliberado emitir parecer desfavorável à pretensão, tendo em consideração que, face às medidas preventivas do NAL, não era possível a utilização daquele terreno para qualquer outra finalidade, “ (...) *visto que está em solo agrícola, apenas sendo permitidos o desenvolvimento de actividades agrícolas e florestais, compatíveis com o uso daquele solo. (...)”*

Tal deliberação foi transmitida à requerente através dos ofícios n.º s 7676, de 2010.11.05, e 8416, de 2010.11.30.

2.5 – Em 2010.12.09, a requerente, através de advogado, veio solicitar a revisão da deliberação tomada em 2010.10.18, no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão, “ (...) *desde que apenas sejam desenvolvidas no terreno actividades agrícolas e florestais compatíveis com o seu uso (...)”*, alegando que a utilização pretendida não colide com os fundamentos da deliberação, sendo permitida face ao Decreto n.º 19/2008.

2.6 – Na ausência de resposta, através de fax entrado nos serviços municipais em 2011.04.08, o advogado da requerente insistiu que o assunto fosse revisto e decidido, alegando que lhe assiste razão.

O Sr. Vice-Presidente exarou despacho encaminhando a pretensão para o Sr. Vereador Miguel Cardia e que a técnica superior da Ambiente, Sílvia Freire, emitisse parecer.

2.7 – O Sr. Vereador Miguel Cardia propôs que o Apoio Jurídico analisasse o assunto, dado que após a deliberação anterior de indeferimento da pretensão, não havia recebido mais nenhum documento deste processo.

Por outro lado, a técnica superior Sílvia Freire, através da Informação G.A. n.º 19/2011, limitou-se a sugerir que o assunto fosse remetido ao Apoio Jurídico para análise.

O Sr. Presidente exarou despacho no sentido do Apoio Jurídico informar a pretensão.

3 – Em face do exposto, cumpre informar:

3.1 – O pedido de emissão de parecer a que se reporta o ponto **2.1** da presente Informação e recepcionado nos Serviços Municipais em 2010.06.24 foi, como anteriormente referido, objecto de análise por parte dos serviços municipais em 2010.10.04, tendo a Câmara Municipal deliberado, em 2010.10.18, emitir parecer desfavorável à pretensão face às medidas preventivas do NAL, estabelecidas no Decreto n.º 19/2008.

Tal deliberação foi comunicada à requerente através dos ofícios n.º s 7676, de 2010.11.05, e 8416, de 2010.11.30.

3.2 – A deliberação da Câmara Municipal enquadrava-se no preconizado nos arts. 1.º n.º 3 alínea f) e 4.º n.º 5 do Decreto n.º 19/2008, segundo o qual, na zona 10, onde se incluem as zonas 2 a 9, os actos ou actividades de destruição de solo vivo e do coberto vegetal são apenas permitidos para o desenvolvimento das actividades

agrícolas e florestais, ficando sujeitos a parecer, entre outros, da câmara municipal respectiva.

3.3 – Posteriormente, em 2010.12.09, e não se conformando com tal deliberação, a requerente, através de advogado, veio solicitar a reapreciação daquela deliberação, o que não ocorreu até à presente data, alegando que aquela actividade traduz-se no “ (...) *desenvolvimento de actividades agrícolas naquele terreno, fertilizando o solo com lamas de depuração e semeando as culturas próprias da época _ como, aliás, consta do PGL posto à apreciação da DRAP-LVT e aprovado. (...)*”

3.4 – O Decreto n.º 19/2008 não prevê a figura da reapreciação dos pareceres emitidos pelas entidades legalmente competentes para a sua emissão, pelo que a Câmara Municipal apenas deveria ter-se pronunciado sobre tal pretensão enquadrada no art. 9.º do C.P.A., ou seja, este normativo estabelece um princípio geral a que corresponde, na prática, um dever de pronúncia, já que a Administração tem sempre de se pronunciar desde que os particulares lhe formulem uma pretensão concreta.

3.5 – Como é do conhecimento, as medidas preventivas estabelecidas no Decreto n.º 19/2008, vigoraram pelo período de dois anos, tendo sido prorrogadas, pelo prazo de um ano a contar de 2010.07.01, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2010, de 19 de Julho.

Porém, na ausência de publicação de qualquer outro diploma legal, no passado dia 01 de Julho ocorreu o termo da prorrogação das medidas preventivas previstas no Decreto n.º 19/2008, cessando, assim, a respectiva vigência, conforme se deu conhecimento superior através da Informação n.º 65/2011, de 7 de Julho, do Apoio Jurídico.

3.6 – Deste modo e no que concerne ao Decreto n.º 19/2008, não tendo a Câmara Municipal se pronunciado em tempo útil, não o poderá fazer na presente data, por a mesma ser extemporânea e inútil.

3.7 – Como foi já anteriormente referido, o PGL foi aprovado pela entidade licenciadora, precedido dos pareceres das entidades legalmente previstas, isto é, a CCDRLVT e a ARH do Tejo, I.P., as quais emitiram pareceres favoráveis à pretensão, aliás, conforme decorre do art. 15.º n.º 9 do D.L. n.º 276/2009, nos termos do qual a DRAP só pode aprovar o PGL se os pareceres da CCDR e da ARH tiverem sido favoráveis.

3.8 – A CCDRLVT emitiu parecer favorável, assegurada que fosse a salvaguarda e cumprimento junto de diversas entidades jurisdicionais, designadamente, a Câmara Municipal de Benavente, no que respeita, única e exclusivamente, quanto ao ponto **2.3** da presente Informação.

3.9 – Restará abordar a natureza do parecer da Câmara Municipal.

De acordo com o art. 1.º n.º 4 do Decreto nº 19/2008, as entidades com competência para emitir pareceres vinculativos, nos termos do diploma, são a ANA, S.A., a entidade competente do Ministério da Defesa Nacional, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Agência Portuguesa do Ambiente e o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Tais pareceres são obrigatórios e vinculativos, implicando, se desfavoráveis, a não concessão da licença necessária à execução das obras ou trabalhos ou a não

realização dos actos ou actividades requeridas nas áreas designadas no diploma, nos termos do n.º 7 do mesmo art. 1.º.

3.10 – Segundo o n.º 6 daquele normativo, os pareceres são emitidos no prazo de 30 dias úteis contados da recepção do pedido, pela entidade competente para a sua emissão, considerando-se haver concordância desta entidade com a pretensão formulada se os respectivos pareceres não forem emitidos dentro daquele prazo. (sublinhados nossos)

Assim, e nos termos do art. 1.º n.º 6 do diploma, estes pareceres deviam ser emitidos no prazo de 30 dias úteis contados da recepção do pedido devidamente instruído com os elementos necessários à emissão do parecer, aplicando-se as normas do CPA para a contagem do prazo. A ausência de parecer no prazo estipulado resulta em deferimento tácito.

3.11 – Ora, o PGL foi devidamente aprovado conforme se refere no ponto **3.7** da presente Informação, sendo que, por outro lado, o parecer da Câmara Municipal a que se reporta o art. 4.º n.º 5 do Decreto n.º 19/2008, não é vinculativo, porquanto não está incluído no n.º 4 do art. 1.º do diploma.

3.12 – Por outro lado, aplica-se o disposto no art. 1.º n.º 6 quanto ao prazo para a Câmara Municipal emitir o parecer a que se refere o art. 4.º n.º 5, sendo que pela análise do processo se verifica que tal prazo foi largamente ultrapassado.

3.13 – Assim e por tudo quanto atrás se expôs, não pode a Câmara Municipal, nesta data, pronunciar-se sobre a pretensão nos termos do Decreto n.º 19/2008, porquanto o mesmo deixou de vigorar na ordem jurídica, além de que o parecer da Câmara Municipal não ser obrigatório e vinculativo.

Em consequência a pronúncia sobre o pedido de reapreciação nos termos do art. 9.º do C.P.A. afigura-se, como atrás referido, um procedimento inútil e extemporâneo, com os fundamentos invocados nos pontos **3.10**, **3.11** e **3.12** da presente Informação.

À consideração Superior

O Técnico Superior/Jurista, Maximiano Horta Cardoso

Teor do despacho: “À Reunião”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE lembrou, que o processo em apreço se relaciona com o depósito de algumas lamas num terreno nos Foros de Almada que motivou uma contestação por parte dos moradores, sendo que a Câmara Municipal foi chamada a pronunciar-se e, na altura, emitiu parecer desfavorável.

Através da informação em apreço, o Apoio Jurídico considera que face ao término das medidas preventivas associadas ao novo aeroporto de Lisboa, é extemporânea qualquer tomada de decisão por parte da Câmara Municipal, para além do facto do processo se ter arrastado numa fase intermédia em que não houve resposta a uma exposição do advogado da requerente.

Solicitou ao Senhor Vereador Miguel Cardia que se pronunciasse sobre a matéria.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou, que ainda que do ponto de vista legal se extinga, por natureza, a participação e a posição que a Câmara Municipal tomou aquando do pedido de parecer da requerente, e que como muito bem disse o Senhor Vice-Presidente, correu ao abrigo das medidas preventivas então em vigor, o

Executivo está perante um plano de gestão de lamas devidamente licenciado pela entidade competente, não sendo menos certo que antes do licenciamento daquela actividade, ocorreram situações à revelia de qualquer licenciamento que motivaram a reclamação dos moradores.

Opinou, que tal deve merecer a preocupação da Câmara Municipal e, por conseguinte, independentemente de o Executivo tomar a deliberação sobre a extinção do procedimento, dado que se extinguiu a sustentação legal que permitiu a emissão dum parecer desfavorável, julga que deve ser manifestada a preocupação face ao histórico, e solicitar aos serviços municipais que possam fazer um acompanhamento próximo da situação, tendo em vista acautelar eventuais problemas que possam surgir da utilização indevida daquele espaço, nos termos em que anteriormente já o foi.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ manifestou a sua estranheza de que o parecer da Câmara Municipal não seja obrigatório e vinculativo, tal como é referido na informação em apreço, uma vez que se trata duma actividade desenvolvida na área do Município.

Disse crer que a Câmara Municipal deve manter a posição assumida aquando da análise do processo e, se se trata duma questão puramente jurídica, poderá a requerente informar-se sobre a questão e contestar o que tiver por conveniente.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE discordou da opinião expendida pelo Senhor Vereador José Rodrigues da Avó, porquanto a Câmara Municipal apenas foi chamada a pronunciar-se no âmbito das medidas preventivas e, não existindo estas, cumpre à CCDD e ao Ministério da Economia o licenciamento daquela actividade, não tendo o Executivo competência para intervir naquela matéria.

Disse crer que a Câmara Municipal tem que estar muito alerta, pois tem todas as dúvidas que a requerente esteja interessada em fazer a exploração agrícola daquele espaço, parecendo-lhe, outrossim, tratar-se dum estratagema para ali poder depositar as lamas.

Afirmou, que da análise que faz do processo, julga que a Câmara Municipal não tem, de momento, condições para interferir, duvidando mesmo que o Executivo pudesse, à época, ter dado parecer desfavorável, porque este foi dado com base na informação elaborada pelos técnicos da Divisão Municipal de Planeamento, Urbanismo e Desenvolvimento que considerava não ser possível, no âmbito das medidas preventivas, fazer a mobilização do solo, excepto para as práticas agrícolas, quando o licenciamento era exactamente para incorporar as lamas nas terras, para exploração agrícola.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA, pedindo o uso da palavra, propôs que a Câmara Municipal manifeste junto da DRAP-LVT (Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo), entidade licenciadora da actividade, o mesmo teor da preocupação já aqui expressada, face à existência de episódios antecedentes.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, com base na mesma, considerar extemporânea a reapreciação do pedido, por força da cessação da vigência do diploma ao abrigo do qual foi solicitado à Câmara Municipal. Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, manifestar junto da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a preocupação da Câmara Municipal face à existência de episódios antecedentes.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

RECLAMAÇÕES

Ponto 9 – RECLAMAÇÃO / RESPOSTA AOS OFÍCIOS DA CMB

Processo: 1211/2008

Requerente: Ana Bela Nunes Rocha

Local: EN 10, Porto Alto, Samora Correia

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 11-07-2011:

Através do registo de entrada n.º 7964, datado de 2011-05-13, a requerente respondeu ao nosso ofício n.º 2565, de 2011-04-26.

Através do registo de entrada n.º 8713, datado de 2011-05-26, a empresa Construções Beliago, Lda., respondeu ao nosso ofício n.º 2566, de 2011-04-26.

Lembramos que, no seguimento da nossa anterior informação técnica o Executivo deliberou em reunião camarária de 2011-04-11,

“... por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, manifestar a intenção de aprovar a proposta de construção dum muro de contenção do estacionamento e de criação dum espaço que permita que os terrenos na envolvente ao reclamante, se situem à cota do muro em betão anteriormente construído, devendo os interessados pronunciar-se no prazo de dez dias, após o que o processo será novamente presente à Câmara Municipal, para deliberação final.

Mais foi deliberado, igualmente por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador João Augusto de Sousa, estabelecer o prazo de trinta dias para apresentação do projecto e sessenta dias para a execução da obra.

...”

Na presente data, perante as exposições apresentadas, cumpre-nos informar de que:

1. Resposta / Exposição de Ana Bela Nunes Rocha

Relativamente à carta endereçada ao Sr. Presidente da Câmara e, especificamente quanto ao exposto nos pontos 16 e 17, que se transcrevem,

“...

16. Face a estas conclusões permita-me os seguintes comentários:

16.1 Não é verdade que as diferenças de cotas entre as duas propriedades variam entre 32 centímetros e 1,18 metros. Como foi reconhecido pelo Sr. Vereador Carlos Coutinho, na reunião de Câmara de 11/04/2011, ao afirmar que a diferença de cotas atinge os 2 metros. Constatação que deveria ter sido feita pelos serviços municipais, uma vez que, em conformidade com o levantamento topográfico agora efectuado, podemos verificar que no ponto em que a minha propriedade muda de direcção, as cotas em ambos os terrenos são respectivamente, de 10,05 e 8,01, podendo, por isso, concluir-se que, naquele ponto, temos uma diferença altimétrica de 2,04 metros (cinco vezes superior ao que a Câmara deliberou impor, na sua reunião de 23/06/2003);

16.2 Entendo ser mais adequado referir que ocorreu a violação sistemática das deliberações da Câmara do que o “não cumprimento integral” das mesmas, como é afirmado;

1.3 É certo que as obras se encontram concluídas, mas, tal facto não deverá conferir qualquer direito ao promotor do empreendimento, mal seria que assim fosse;

1.4 No que respeita às obras não causarem impacto negativo na paisagem, não esquecendo que tal afirmação não é mais do que um mera opinião subjectiva, ignora as alterações que previsivelmente virão a ocorrer no espaço envolvente, nomeadamente, na minha propriedade.

17. Quanto às soluções propostas refiro o seguinte:

17.1 Não sendo razoável, o mínimo aceitável é a Câmara exigir ao promotor do loteamento que o terreno, na extrema com a minha propriedade, fique a uma cota inferior ao muro de betão, apesar do referido muro ser, em alguns pontos, pelo menos, três vezes superior ao que foi deliberado pela Câmara;

17.2 Mas, **a terra deverá ficar, à cota a que se encontrava a caixa de visita, que se pode ver na fotografia identificada com o n.º 4, anexa à minha carta de 08/02/2010, ou seja, cerca de 20 centímetros abaixo do topo do muro de betão** (todavia, razoável seria a diferença de cotas não ultrapassar os 40 centímetros em toda a extensão da extrema, como foi deliberado pela Câmara);

17.3 O declive, até ao novo muro de betão, deverá ser de 1%;

17.4 Se a partir do novo muro a opção contemplar a construção de um talude, como é proposto numa das soluções, o mesmo deverá ser consolidado, por forma a não desmoronar;

17.5 Dado que admito que não se conheça a cota de arranque do muro de betão e uma vez que se propõe a sua impermeabilização, que me parece elementar, deverão os serviços municipais verificar se a referida cota se encontra abaixo das fundações das minhas instalações.

Por fim, questiono a Câmara sobre a responsabilidade da situação que se arrasta há demasiado tempo (9 anos), pelo facto de existirem prejuízos provocados no prédio de minha propriedade, em consequência das infiltrações que salinizaram a parede e descolaram os azulejos que parcialmente a revestem.

...

temos apenas a referir,

- Quanto ao ponto 16.1 a nossa anterior informação técnica refere expressamente,

“...

* Conforme referido anteriormente, na zona de confinância entre os dois terrenos não foi respeitada a diferença de cota de 40cm definida na deliberação camarária de 2003-06-23. As diferenças variam entre os 32cm e 1,18m. (sublinhado actual, nosso)

...”

A cota 8,01 não confina com o terreno loteado, tem uma edificação de permeio.

- Quanto ao ponto 17.2, verifica-se na fotografia indicada, datada de 2005-08-03 e enviada em 2010-02-08, a existência de uma caixa de visita junto ao muro, em frente da “janela de maior altura” do restaurante “Pinheirinho do Caçador”. Esta caixa está implantada a cerca de 20cm abaixo do topo do muro de betão.

Caso se confirme hoje a existência desta caixa, reiteramos a opinião expressa nas soluções propostas.

- Quanto aos pontos 17.3 e 17.4, o futuro projecto deverá estudar estas situações.

- Quanto ao ponto 17.5, será necessária a intervenção do sector de engenharia para verificação do solicitado, a impermeabilização do muro de betão de separação dos dois terrenos e a localização desta em relação às fundações das edificações contíguas.

2. Resposta / Exposição de Representante Legal de Construções Beliago, Lda.

Relativamente à carta endereçada ao Sr. Presidente da Câmara, da qual transcrevemos parte,

“ ...

1. As Construções Beliago, S.A., cumpriu as cotas definidas com o técnico responsável pela obra na reunião conjunta efectuada no local.

2. As Construções Beliago, S.A., nunca foi informada sobre a intenção de manter uma cota de 40cm conforme referido no ofício agora recebido. (sublinhado nosso)

3. Durante a realização dos trabalhos este foi efectuado com auxílio topográfico, e foi pedido também pelas Construções Beliago, S.A., que a Câmara acompanha-se os trabalhos em termos de topografia ou nos fosse entregue um projecto cotado com o que claramente era pretendido, o que nunca veio a acontecer.

4. Como técnicos que somos cumprimos integralmente a lei, os projectos, as directrizes que recebemos das entidades competentes durante a execução da obra, pelo que nunca iríamos contrariar o que nos fosse especificado.

5. A solução pretendida pela Câmara Municipal de Benavente, não nos parece tecnicamente a mais adequada nem a mais económica, nem a mais adequada e razoável face à realidade do local.

6. As construções Beliago, S.A., de boa fé, e de forma a tentar resolver este assunto já rebaixou o terreno nesse local para os 40cm que referiram. Os trabalhos foram realizados em 21/05/2011, com remoção também dos blocos de cimento. (sublinhado nosso)

7. Solicitamos vistoria da Câmara Municipal de Benavente em relação aos trabalhos já realizados e a respectiva verificação das cotas, se agora estão conforme o pretendido pela Câmara Municipal de Benavente. (sublinhado nosso)

8. De referir que a cota do terreno das Construções Beliago, S.A., sempre esteve mais alta que a cota do terreno vizinho, como ainda actualmente se pode observar e confirmar no restante limite do terreno até à Rua da Fábrica.

...”

temos apenas a referir,

- Quanto ao referido no ponto 2, devemos esclarecer que o pedido de licenciamento da operação de loteamento e das obras de urbanização foi requerido em 1998-11-09, por SEMC – Sociedade de Embalagens de Madeira Cabo, SA. O alvará de loteamento, em nome desta mesma sociedade, data de 2001-12-03. Acompanhou o pedido de emissão de alvará o termo de responsabilidade técnica pela totalidade das obras de urbanização, em nome do engenheiro civil, João Palma Leal Bebianio Ceppas.

Data de 2003-01-17, o pedido de averbamento do processo de loteamento, efectuado pela Construções Beliago, Lda., para o seu nome. Pedido indeferido por falta de apresentação da totalidade dos documentos necessários.

Data de 2004-12-03, idêntico pedido de averbamento do processo, deferido por despacho Superior de 2005-02-25, com o conhecimento da Câmara Municipal em reunião de 2005-03-07.

Registe-se no entanto que, à data, o Eng. João Palma Leal Bebianio Ceppas era sócio da empresa Construções Beliago, Lda., encontrando-se ainda a decorrer os trabalhos de obras de urbanização sob sua responsabilidade.

O acompanhamento das obras através de visitas dos técnicos e do Executivo sempre foi feito pelo Eng. João Ceppas.

Verifica-se que no processo consta requerimento, em nome de SEMC, com entrada nestes serviços em 2003-04-24, onde consta,

“...

Ao longo da extrema com o terreno do vizinho, o desnível já é conforme o combinado, de um máximo de 40 cm, sendo o executado em Obra sempre inferior.

...”. [Ver fotocópia anexa]

O averbamento do processo para Construções Beliago, Lda., não desresponsabiliza esta empresa sobre o conhecimento do processo de loteamento na sua totalidade.

- Quanto ao referido nos pontos 6. e 7., esclarecemos que foi realizada vistoria no passado dia 6, 4.ª feira, tendo-se verificado que o terreno foi rebaixado numa estreita faixa ao longo do muro de separação entre os dois terrenos, apenas na zona onde existem blocos de cimento, deixando à vista o muro de betão inicial. Verificámos que os blocos de cimento não foram removidos, nem as árvores existentes ao longo desta mesma extrema. [Ver as 4 fotografias anexas]

A solução executada não nos parece, nem técnica, nem esteticamente satisfatória.

3. Conclusão

Face ao exposto e ao teor da deliberação camarária de 2011-04-11, consideramos oportuno que o Executivo se pronuncie.

À consideração Superior.

Maria Henriqueta Reis, arquitecta

Parecer: Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto. O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	Despacho: À Reunião 12.07.2011 O Vereador / Presidente
---	---

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE referiu tratar-se dum assunto já do conhecimento da Câmara Municipal, que teve oportunidade de visitar o local e tomou, na altura, uma posição acerca do mesmo e das medidas que eram propostas pelos serviços técnicos, tendo considerado que a reclamante e a reclamada deviam ser auscultadas.

Naquela sequência, pronunciaram-se ambas as partes, acabando a reclamante por concordar com a solução proposta, apesar de referir que entende que a cota final dos terrenos deve ficar vinte centímetros abaixo da actual cota do muro de betão que está edificado, solicitar que possa ter uma pendente de um metro em sentido contrário ao muro, para além da consolidação dos taludes e, atendendo aos anos a que a situação se arrasta, questionar quanto à responsabilidade dos prejuízos que considera ter nalgumas edificações, nomeadamente com destruição de azulejos e das paredes, provocada pelas humidades e infiltrações.

Acrescentou, que da parte da reclamada é considerado que não tem culpas, porquanto nunca tomou conhecimento da posição da Câmara Municipal de condicionar a construção do loteamento, a uma diferença de cotas de quarenta centímetros entre as duas propriedades.

Disse que, no entanto, é possível verificar que já em dois mil e três foi transmitido à Câmara Municipal que o desnível ao longo da extrema com o terreno vizinho era de um máximo de quarenta centímetros, conforme o combinado, sendo o executado em obra sempre inferior, e que apesar de à época o titular do processo ser outro, o

engenheiro era o mesmo, pelo que claramente não pode a reclamada escusar-se à situação.

Referiu, que a reclamada afirma que fez já um desaterro na área mais crítica onde foram levantados os blocos mas, contudo, da visita que os serviços técnicos efectuaram ao local, tal é insuficiente, pelo que, em sua opinião, mantêm-se exactamente as mesmas situações, devendo a Câmara Municipal reafirmar à reclamante e à reclamada a posição assumida anteriormente, uma vez que nada de novo vem ao processo.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA manifestou concordância com a opinião expendida pelo Senhor Vice-Presidente, e propôs que, em função do histórico recente da situação e da audiência dos interessados no sentido de se pronunciarem sobre a intenção da Câmara Municipal poder encontrar uma solução para o incumprimento que está constatado pelo Executivo, face às obras de urbanização que foram aprovadas, seja deliberado notificar as Construções Beliago, Lda. para apresentar o projecto no prazo de trinta dias e, no prazo de sessenta dias após a respectiva aprovação, executar a obra, incorporando a questão dos vinte centímetros e da percentagem de um por cento da pendente no sentido do talude, que resulta da resposta da reclamante.

Acrescentou, que se relembre às Construções Beliago, Lda. que a intervenção da Câmara Municipal naquele processo tem tão somente a ver com a tentativa de resolver uma situação de litígio entre as partes, adicionado a um incumprimento por parte daqueles e que, quanto a si, ainda não foi devidamente entendido.

Reafirmou o que disse na reunião da Câmara Municipal de onze de Abril do ano em curso, de que houve um desrespeito pelo projecto de obras de urbanização aprovado, estando o Executivo de boa fé a tentar que esse desrespeito seja reparado e que se possa constituir uma solução que sirva ambas as partes.

Opinou, que em face da resposta de que já foram retirados os blocos de cimento, os quais, afinal, após mês e meio, ainda se mantêm no local, deve a Câmara Municipal afirmar que caso as Construções Beliago, Lda. não executem de acordo com a deliberação do Executivo, este tem todas as condições para accionar a garantia bancária e executar as obras de acordo com o projecto aprovado.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Ponto 10 – RECLAMAÇÃO

Processo n.º 924/2011

Requerente: Maria Celeste Azevedo Carvalhal

Local: Rua Luís de Camões, 45 – Benavente

Presente para análise a exposição apresentada pela Sr.ª Maria Celeste Azevedo Carvalhal, em 11.07.2011, cujo teor seguidamente se transcreve:

“Maria Celeste de Azevedo Carvalhal, NIF: 118063804, portadora do BI 2157855, residente na rua Luís de Camões, 45- 1º andar em Benavente. Vem dar conhecimento do seguinte.

Moro no 1º andar por cima do café TEXAS. Já à alguns anos que venho pedir à Câmara para ser visto o caso do barulho que fazem no café aos fins de semana e vésperas de feriado até de madrugada. A casa só tem três assoalhadas que ficam por cima do café e por baixo dos quartos um extractor de fumos que a Câmara diz que

pode funcionar durante o funcionamento do estabelecimento. Sendo assim não me parece que o café tenha condições para funcionar até às duas horas da manhã. É um prédio com mais de quarenta anos a única coisa que foi feita foi um tecto falso em «pladur» em Outubro de dois mil e sete depois de várias vezes ter escrito e ido pessoalmente à Câmara queixar-me do barulho. Em vinte e oito do cinco de dois mil e oito por intermédio da Câmara foi feita uma medição acústica com os valores bem a cima do permitido por lei. Não foi feito nada apesar de me darem razão. Continuei a ir várias vezes à Câmara até que em reunião ordinária da Câmara Municipal de Benavente realizada em Fevereiro de dois mil e dez foi ponderado o problema do café TEXAS assim como a autorização de utilização do mesmo. No seguimento do trabalho foi deliberado por unanimidade notificar a dona Aline a entregar o relatório de avaliação acústica para ser possível a emissão do alvará de utilização assim como foi deliberado igualmente por unanimidade restringir de imediato o horário de funcionamento diário do já referido estabelecimento até zero horas como forma de minimizar a incomodidade provocada pelo ruído. Em Maio de 2010 pediram-me para fazer a avaliação a horas mortas anteriores às zero horas, não estranhei o facto uma vez que seria para funcionar nesse horário segundo deliberação unânime dos presentes em reunião de Câmara.

Tendo eu falado no atendimento com o Sr. Presidente ele me disse para eu ficar descansada porque eu tinha razão e só havia dois caminhos ou a dona Aline fazia isolamento ou fechava às zero horas também aos fins-de-semana e feriados. Qual não foi o meu espanto ao verificar que o café recebeu alvará de utilização nos fins-de-semana até às duas da manhã. Mais acrescento que o desrespeito tem vindo a agravar-se quase todos os fins de semana tenho que chamar a guarda. Conforme o trabalho destes assim lhes é possível ocorrer ao local. Se pára o carro e mandam as pessoas saírem do café, pelas três horas posso dormir, mas se os guardas não esperam que eles saiam só pelas quatro horas é que posso dormir. Penso que ninguém merece passar por isto. Será que é esta a lei do meu país? Como só a Câmara me pode dizer fico à espera da resposta.

Sem mais agradeço a atenção.”

Teor do Despacho: “Agendar para reunião de CM.”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE observou, que se trata dum assunto recorrente e que se prende com o funcionamento do café-bar Texas, situação que se arrasta, vindo a proprietária do estabelecimento, que é simultaneamente vizinha, manifestar a sua incompreensão pelo funcionamento do bar, apesar dos danos que considera que tem sofrido ao longo dos anos.

Considerou que algumas das questões levantadas pela reclamante devem ser devidamente esclarecidas, crendo que a Câmara Municipal agiu em conformidade e no cumprimento das normas que estão estipuladas.

Solicitou ao Senhor Vereador Miguel Cardia que se pronunciasse acerca do assunto.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA disse, que o processo em apreço tem um histórico já longo e, num passado recente, de facto a Câmara Municipal restringiu o horário de funcionamento daquele estabelecimento antes da emissão da licença de utilização, como medida cautelar para exigir que fossem executadas as medidas adequadas para resolver a situação de incomodidade, tanto mais que, como muito bem referiu o Senhor Vice-Presidente, a reclamante é simultaneamente proprietária e vizinha, tendo sido ela que executou as obras de insonorização.

Explicitou, que um dos elementos necessários para a instrução do pedido de emissão da licença de utilização é o relatório de avaliação acústica, cuja realização é uma questão entre as partes e feita a dois tempos, com o estabelecimento em funcionamento e encerrado, para se aferir da diferença de decibéis previstos no

Regulamento Geral de Ruído, sem qualquer interferência da Câmara Municipal que, confrontada com um pedido de emissão da licença de utilização, tem que pedir os elementos instrutórios.

Afirmou que no caso em apreço, o relatório de avaliação acústica foi solicitado e entregue, apresentando valores regulares, tendo sido com base nesse facto que a Câmara Municipal emitiu a licença de utilização e nessa sequência, tendo logicamente o explorador do estabelecimento necessidade de pedir o respectivo mapa de horário de funcionamento e não havendo registo de mais nenhuma incomodidade (a não ser a apresentação duma queixa sobre o funcionamento do ar condicionado, objecto de apreciação dos serviços municipais e de deliberação do Executivo) foi o mesmo emitido.

Considerando a queixa agora apresentada, entende que embora se trate do mesmo estabelecimento e duma história já longa, tal deve merecer uma deliberação no sentido de solicitar à CIMLT uma avaliação de eventual incomodidade acústica, para depois a Câmara Municipal poder tomar uma deliberação em concreto, porquanto embora aceite de boa fé a queixa, do ponto de vista administrativo e legal, tal não é facto bastante para que o Executivo possa deliberar, dado não haver sustentabilidade documental da alegada incomodidade.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ questionou o motivo da Câmara Municipal ter deliberado limitar o horário de funcionamento até às zero horas e, posteriormente, ter concedido o respectivo mapa até às duas da manhã.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE clarificou que a Câmara Municipal, numa primeira fase, restringiu o horário daquele café-bar até à meia-noite, tendo sido assim que funcionou.

Posteriormente, o actual explorador do estabelecimento solicitou a respectiva licença de utilização, entregando o estudo acústico que apresentava valores dentro dos parâmetros normais e, em face desses resultados, a Câmara Municipal estava em condições de poder estabelecer o horário de funcionamento que está previsto no Regulamento Municipal, e que às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriado se prolonga até as duas da manhã.

Disse que tal deve ser transmitido à reclamante, porquanto a Câmara Municipal procedeu com todo o rigor em relação àquela situação.

Acrescentou, que a queixa agora em apreço refere que, de momento, se mantém a incomodidade, configurando tal facto que os valores apresentados no relatório de avaliação acústica não corresponderão à realidade.

Assim sendo, para que a Câmara Municipal possa tomar algumas medidas junto do explorador do café-bar, é necessário, tal como foi dito pelo Senhor Vereador Miguel Cardia, solicitar à CIMLT uma medição do ruído, por forma a adoptar, então, os procedimentos que se tornem necessários, e que passam por voltar a condicionar o horário ou impor ao explorador do estabelecimento que intervenha no espaço, a fim de melhorar a acústica e evitar que haja reclamações como a agora apresentada.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar à CIMLT a realização de medição acústica, para posterior deliberação do Executivo.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, transmitir à reclamante que o alargamento do horário de funcionamento até às duas da manhã (hora regularmente estabelecida para as sextas-feiras, sábados e vésperas de feriado) se sustentou, à data, no relatório de avaliação acústica então apresentado, que se conformava com os limites legalmente admitidos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

ORDENAMENTO DE TRÂNSITO

Ponto 11 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Processo n.º 329/2011

Requerente: Executivo Vereador Miguel Cardia

Local: Entroncamento EN 118-1/EN 119 – Santo Estêvão

Presente para análise a exposição apresentada pela Estradas de Portugal, em 07.07.2011, dando resposta nosso ofício n.º 1442, de 28.02.2011 no âmbito do processo 329/2011.

“ (...) Acusamos a recepção do ofício em referência, o qual mereceu a nossa melhor atenção.

Após a análise do seu conteúdo, informamos que se encontra previsto para o mês de Setembro do corrente ano a abertura de concurso público de “ marcas Rodoviárias”, no qual se encontra contemplada a repintura do cruzamento em apreço.

No que diz respeito à implementação de iluminação pública no local, esta Delegação Regional não vê inconveniente na sua concretização, desde que essa Autarquia se responsabilize por todos os encargos e o projeto seja previamente aprovado pela EP – Estradas de Portugal, S.A..

Não podemos deixar de referir que se trata de um cruzamento reformulado e melhorado em 2007, e que a velocidade no local encontra-se limitada a 50 km/h com a correspondente sinalização vertical, para além da que existe para clarificação e tomada de precauções que os utentes devem tomar para circulação local.

Com os melhores cumprimentos

O DIRECTOR DA DELEGAÇÃO REGIONAL.”

Teor do Despacho: “À Reunião”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA propôs, que seja dado conhecimento do teor do presente ofício ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão e à Assembleia Municipal, porquanto foi um assunto colocado por aquele numa sessão deste órgão deliberativo.

Lamentou que a Estradas de Portugal responda cerca de quatro a cinco meses depois a uma preocupação de segurança rodoviária que ele crê ter legitimidade, independentemente do facto de existirem, nas imediações do local, imposições legais que minimizem, do ponto de vista teórico, a ocorrência de acidentes, não sendo menos certo que a Câmara Municipal tem constatado que essas medidas são insuficientes.

Propôs, ainda, que seja também solicitado à Estradas de Portugal que, com a brevidade que lhe for possível, implemente as medidas rodoviárias que preconiza para aquele cruzamento.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE disse crer que já se encontra instalada a iluminação pública, porquanto foi uma diligência da Câmara Municipal junto da EDP, não tendo conhecimento se já se encontra a funcionar.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar as propostas do Senhor Vereador Miguel Cardia.

Ponto 12 – ORDENAMENTO DE ESTACIONAMENTO

Processo n.º 631/2011

Requerente – Executivo Vereador Manuel dos Santos

Local: Sesmaria Limpa.

Presente para análise a exposição apresentada pela Bentos, Gestão de Resíduos, Lda., em 04.07.2011, dando resposta ao nosso ofício n.º 4003, de 22.06.2011, no âmbito do processo 631/2011, cujo teor a seguir se transcreve:

“Assunto: Estacionamento indevido no entroncamento da EN 10 com Estrada das Sesmarias Limpas

Exmo. Sr. Vereador,

Tendo presente o V/ ofício 4003 de 22.06.2011, sentirmos ser nosso dever dar todo o apoio a deliberação camarária nele vertida, tendo em conta a dificuldade que também sentimos em coordenar na nossa portaria todo o movimento de viaturas que estacionam junto às nossas instalações.

Faremos todo o possível para redobrar esforços no sentido de evitar o estacionamento nas zonas que mais afectam o trânsito na referida via tentando fazer cumprir a sinalização de trânsito que deliberam colocar no local.

Sem outro assunto de momento.

Com os melhores cumprimentos”

Teor do despacho: “À Reunião”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VICE-PRESIDENTE reconheceu as dificuldades de circulação para quem acede à Estrada das Sesmarias, dado o amontoado de carros que estacionam naquele entroncamento, não lhe parecendo que a solução apontada no ofício em apreço possa vir a solucionar o problema.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA considerou oportuno que os serviços das obras particulares verifiquem nos processos existentes que foram licenciados, quantos lugares de estacionamento estão preconizados, para a Câmara Municipal poder dizer à firma Bentos, Gestão de Resíduos, Lda. que deve também criar condições dentro do seu espaço, para minimizar os efeitos do estacionamento indevido no exterior.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE propôs que os serviços das obras particulares, em função dos lugares de estacionamento quer privados, quer públicos que estão definidos em projecto, efectuem visita ao local e avaliem o cumprimento da disponibilização desses lugares de estacionamento por parte da firma Bentos, Gestão de Resíduos, Lda..

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente.

Ponto 13 – ORDENAMENTO DO TRÂNSITO

Processo: 810/2011

Requerente: Junta de Freguesia de Samora Correia

Local: Rua da Lezíria - Samora Correia

Informação Técnica de Trânsito e Toponímia, de 15-07-2011:

Na sequência das cartas enviadas pelo condomínio do prédio, sito na Rua da Lezíria, lote 7, à Junta de Freguesia e à G.N.R. de Samora Correia, para a resolução do estacionamento abusivo em cima do passeio, em frente do referido lote, sugerindo a colocação de pinos no local, requerem estas últimas à Câmara Municipal, através dos Registos de Entrada n.º 9402 e 9945, datados de 08-06-2011 e 17-06-2011, o seguinte:

- Junta de Freguesia - «...os efeitos tidos como convenientes.»
- G.N.R. - «... que seja colocado na entrada dessa artéria pinos amovíveis, e que as chaves desses pinos sejam facultadas à GNR e aos Bombeiros.»

1. Através de carta com Registo de Entrada n.º 9954, datada de 17-06-2011, a G.N.R. de Samora Correia, expõe ainda o seguinte:

«Exº srº Presidente da Câmara Municipal de Benavente, este Comando vem por este meio propor a V. Exª o seguinte.

1 – A abertura do impasse na Rua da Lezíria com a Rua José Luís Franco e que o trânsito se passe a fazer num só sentido nas referidas Ruas. (ou seja a entrada na Urbanização da Lezíria passaria a efectuar-se pela Rua da Lezíria, e a saída da Urbanização efectuava-se pela Rua José Luís Franco).

2 – A marcação de lugares de estacionamento em espinha que permite o aumento de lugares, inclusive na faixa de rodagem no centro da referida Rua.

3 – O motivo pela qual se propõe tal alteração tem a haver pelo sistemática falta de respeito dos moradores da Urbanização que estacionam desordeiramente na referida Rua ocupando muitas vezes o centro da referida artéria.

4 – Este posto já efectuou vários Autos de Contra Ordenação este Ano naquele local, inclusive 3 à mesma viatura mas o estacionamento continua a efectuar-se de forma desordeira

5 – A abertura do referido impasse, facilitaria a entrada e saída da Urbanização por parte de veículos de maiores dimensões como é o caso das viaturas de limpeza urbana bem como os veículos dos bombeiros de combate a incêndio, que de cada vez se deslocam a esta Urbanização tem bastantes dificuldades de manobra.»

Suscitadas dúvidas quanto ao exposto pela G.N.R., no ofício com Registo de Entrada n.º 9945, bem como, no ponto 2 da missiva com Registo de Entrada n.º 9954, contactou-se o Posto para esclarecimento das mesmas.

3. Analisada a pretensão e após visita ao local, informamos de que:

- Nada temos a opor, quanto à pretensão do condomínio do lote 7, sendo mesmo oportuno a colocação de pinos no passeio, pois considera-se uma situação de incumprimento das regras de trânsito (alínea f) do n.º 1 do artigo 49.º do Código da Estrada).

Somos ainda de opinião da colocação de pinos no passeio oposto, junto ao Lote 19, devido às características do mesmo, pois o passeio tem uma largura generosa que permite ser ocupado por um veículo e a situação de estacionamento abusivo repete-se.

Estimativa de custos: 8x20,00 € = 160,00 € + IVA

- No ofício enviado pela G.N.R., com Registo de Entrada n.º 9945, no qual sugere «... que seja colocado na entrada dessa artéria pinos amovíveis, e que as chaves desses pinos sejam facultadas à GNR e aos Bombeiros.», alertamos para o facto da artéria servir para cargas e descargas aos estabelecimentos

comerciais existentes, nomeadamente, um estabelecimento de restauração e bebidas (café), uma loja de móveis e uma de electrodomésticos, que diariamente necessitam de efectuar cargas e descargas.

Ao colocar pinos amovíveis, sem sistema automático, torna-se inexequível a sua utilização, pois cada comerciante terá de ter uma chave, bem como os moradores dos lotes 1 a 6.

- Quanto ao exposto no ponto n.º 1 e 2 do ofício enviado pela G.N.R. com Registo de Entrada n.º 9954, os mesmos referem-se à abertura do impasse da Rua da Lezíria com a Rua José Luís Franco e à criação de lugares de estacionamento em espinha.

– Em relação à abertura do impasse, o mesmo foi proposto através do Processo n.º 913/2008, que em reunião camarária, datada de 20-04-2009, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta.

– O estacionamento existente na Rua da Lezíria, perpendicular à via, proporciona um maior número de lugares de estacionamento, ao contrário do que se julga em relação ao posicionamento dos lugares em espinha.

A criação de lugares no centro da via, não é exequível, visto que a dimensão da artéria, 6.50m de largura, torna-se diminuta.

Aquando da abertura do impasse, somos de opinião que os lugares de estacionamento existentes no fim da artéria, passem de lugares em espinha, para lugares perpendiculares à via, de modo a criar mais lugares.

Estimativa de custos: 70m (pintura) x 1,20 € = 84,00 € + IVA

Total: 244,00 € + IVA

– Quanto à alteração do sentido do trânsito, entrada na Rua da Lezíria e a saída na Rua José Luís Franco, julga-se não ser necessário, uma vez que a mesma só faria sentido se fosse possível a criação de lugares no centro da via.

Alertamos que esta situação teria que criar uma excepção para os veículos de emergência da G.N.R., de modo a proporcionar a rápida saída da urbanização.

Em anexo:

- Plantas explicativas das propostas

A decisão final da Câmara Municipal deverá ser precedida da audiência dos interessados nos termos do artigo 100.º e seguintes do C.P.A. A sua divulgação será feita através de edital no sítio da CMB (www.cm-benavente.pt) e a afixar nos locais de estilo.

Deverá ser consultada a G.N.R. de Samora Correia, a Junta de Freguesia de Samora Correia e os Bombeiros Voluntários de Samora Correia.

Submete-se à consideração Superior.

Sofia Pinheiro, Arquitecta

Parecer: Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto. O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	Despacho: À Reunião 19.07.2011 O Vereador / Presidente
---	---

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA registou, que a GNR é uma das entidades que vem junto da Câmara Municipal solicitar a implementação de medidas no sentido de, se corrigir, em parte, a situação, porque segundo parece, está cansada de levantar autos por infracções, havendo munícipes que continuam a teimar em não ter juízo cívico e a não cumprir as regras que estão estabelecidas para uma vivência adequada em sociedade.

Propôs que a Câmara Municipal efectue visita ao local, porquanto se trata duma zona muito sensível e tem alguma preocupação quanto às propostas apresentadas, quer pelo Condomínio do lote sete, quer pela GNR.

Acrescentou que, de facto, o processo 913/2008, aprovado em dois mil e nove, contemplava uma intervenção na Estrada dos Curralinhos, a implementação de passadeiras sobrelevadas, lombas redutoras de velocidade no início do arruamento, e a cor azul, também como proposta adicional, a abertura do impasse.

Recordou que aquela proposta foi aprovada na generalidade e confessou que, de facto, a Câmara Municipal se centrou apenas na intervenção na Estrada dos Curralinhos e nas passadeiras sobrelevadas e nas lombas, julgando que a abertura do impasse é matéria que já em tempos terá merecido a preocupação do Executivo, sendo uma questão muito sensível.

Referiu que o estacionamento em espinha é a proposta que mais lhe agrada, do ponto de vista da fluidez, mas levará à redução de cerca de dez a onze estacionamentos relativamente à proposta de estacionamento na perpendicular.

Disse, que do ponto de vista da segurança para aquela urbanização, em termos de acessibilidade dos meios de socorro, a realidade que se constata é preocupante, com viaturas estacionadas a meio da faixa de rodagem.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE considerou que aquando da visita a efectuar ao local, a Câmara Municipal deveria ter os elementos necessários para melhor se aperceber da situação.

Recordou que há muito anos atrás, aquando da pavimentação da Rua José Luís Franco, a Câmara Municipal procurou fazer a abertura do impasse, que não mereceu a aprovação por parte dos moradores, tendo tal ocorrido mais recentemente na Urbanização das Cegonhas, em Samora Correia, onde a Câmara Municipal pretendia fazer a abertura de ligação duma urbanização para outra.

Considerou que os moradores têm o direito de não concordar, porque quando adquiriram os seus terrenos ou as suas casas, eram estas as condições existentes.

Acrescentou que, de todo o modo, trata-se duma situação que deve ser devidamente analisada pelo Apoio Jurídico para, aquando da visita ao local, a Câmara Municipal ter desde logo uma melhor avaliação das soluções que se podem colocar.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade que a Câmara Municipal efectue visita ao local.

05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

05.02- Educação

Ponto 14 - REFEIÇÕES SERVIDAS AOS ALUNOS DA EB 1 DAS ACÁCIAS – MÊS DE JULHO

Informação D.M.C.E.T. n.º 70/2011, de 15 de Julho

Requerente: Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Com o objectivo de garantir o fornecimento de refeições escolares a todos os alunos que frequentam as escolas básicas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Município de Benavente, procedeu-se à elaboração de parcerias, numa primeira fase com as EB 2,3 e, posteriormente, foram assinados protocolos com outras entidades.

Face ao exposto, compete à Câmara Municipal de Benavente no fim de cada mês, proceder ao pagamento das refeições servidas aos alunos do 1.º Ciclo e Jardins de Infância, nos termos do Despacho n.º 14368-A/2010 de 14 de Setembro, do Ministério de Educação, e de acordo com a proposta de auxílios económicos, para o ano lectivo 2010/2011, aprovada em reunião de Câmara de 2010-09-06.

Em 15-07-2011, deu entrada um ofício registado com o nº 11522-GAB.EDUC., solicitando o pagamento referente às refeições servidas, durante o mês de Junho.

Ponto 1:

Refeições		EB1		
Escalões	Valores	Total Alunos	Total Refeições Fornecidas	Total
Escalão A	1,46 €	88	1204	1.757,84 €
Escalão B	0,73 €	60	719	524,87 €
Escalão N	- €	45	506	0,00 €
TOTAL :		193	2.429	2.282,71 €
COMPARTICIPAÇÃO		0,22 €		534,38 €
				2.817,09 €

Ponto 2:

Conforme o acordo estabelecido entre o SASE e o S. Educação, foram servidas 109 refeições, aos alunos do C.E.F. em estágio.

O valor das mesmas será suprimido ao total do valor a transferir para o Agrupamento.

Refeições		Estágio dos alunos do C.E.F. de Auxiliar de Acção Educativa (12 Maio a 24 Junho)		
Escalões	Valores	Total Alunos	Total Refeições Fornecidas	Total
Escalão A	1,46 €	11	109	159,14 €

Ponto 3

Mapa discriminativo dos valores a pagar referentes às refeições servidas, no mês de Junho, depois de deduzido o valor referente ao ponto 2.

Refeições		Mapa Geral		
Escalões	Valores	Total Alunos	Total Refeições Fornecidas	Total

Escalão A	1,46 €	77	1095	1.598,70 €
Escalão B	0,73 €	60	719	524,87 €
Escalão N	- €	45	506	0,00 €
TOTAL:		182	2.320	2.123,57 €
COMPARTICIPAÇÃO		0,22 €		510,40 €
				2.633,97 €

Com base nos dados apresentados e depois de conferidos, propõe-se a transferência de **2.633,97 €** (dois mil, seiscentos e trinta e três euros e noventa e sete cêntimos), para o Agrupamento de Escolas Samora Correia.

À Consideração Superior

A Técnica Superior, Ana Luísa Henriques

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, transferir para o Agrupamento de Escolas de Samora Correia a verba de 2.633,97 € (dois mil, seiscentos e trinta e três euros e noventa e sete cêntimos).

05.03- Acção Cultural

Ponto 15 – FESTAS EM HONRA DE N.ª SRA. DE OLIVEIRA E N.ª SRA. DE GUADALUPE – PEDIDO DE APOIO

Entidade: ARCAS – Associação Recreativa e Cultural Amigos de Samora

Impedimento nos termos do art. 4.º, alínea b), iv) da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e n.º 6 do art. 90.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador José Rodrigues da Avó foi comunicado o seu impedimento relativamente ao processo em apreço, nos termos das disposições legais acima referidas, pelo que a Câmara Municipal passou a funcionar apenas com quatro elementos, até ser tomada a deliberação sobre o assunto.

Vem a entidade referida em epígrafe informar da realização da sua festa anual, no período de 18 a 22 de Agosto, solicitando também o seguinte apoio logístico:

- Subsídio para a realização do evento
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 60 AMP, a ser colocado junto ao palco “Praça da República”
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 30 AMP, “Praça da República”
- 2 Quadros eléctricos trifásicos de 30 AMP, “Av. O Século”
- 2 Quadros eléctricos trifásicos de 30 AMP, “Largo do Calvário”
- 2 Quadros eléctricos trifásicos de 30 AMP, “Rua da Liberdade”
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 30 AMP, “Rua 31 de Janeiro”
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 30 AMP, “AV. Egas Moniz”
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 30 AMP, no palco do recinto da picaria
- 1 Quadro eléctrico trifásico de 30 AMP, na Fonte dos Escudeiros
- Editais a informarem dos cortes de Rua
- Seguros de vida para campinos e colaboradores das tronqueiras

- Viaturas para transporte de gado, ao abrigo do protocolo com outras Câmaras Municipais
- Cedência dos serviços veterinários
- Declaração a autorizar a cedência de espaço onde se vão realizar as actividades que movimentem animais de raça bovina
- Licenças de funcionamento de várias actividades
- Seguros para animais participantes na festa (nomeadamente cabrestos e cavalos)
- 80 grades metálicas de segurança
- 8 cavaletes de madeira para a prova de condução de jogos de cabrestos
- 2 geradores de corrente eléctrica, sendo o de maior potência, a colocar junto ao palco na Praça da República e o de menor junto à praça de toiros
- 1 palco grande a colocar na Praça da República
- 1 palco pequeno a colocar na Fonte dos Escudeiros
- Montagem de curros no Largo do Calvário
- Cedência de CIS de descarga para os animais
- Areão a colocar no Largo Calvário e Ruas de passagem das largadas, com reforço de alturas do mesmo, nas curvas das ruas
- saibro isento de pedras para o piso da praça de toiros
- Máquina para espalhar para espalhar o areão e o saibro
- Máquina com motorista para efectuar as regas do areão no Largo do Calvário e nas ruas anexas
- Limpeza e lavagem das ruas, no dia 21 de Agosto, após a sardinha assada
- 1 sala do Palácio do Infantado para apoio nas actividades de secretariado
- 1 bancada com cadeiras a ser colocada na Fonte dos Escudeiros onde irão decorrer os fados
- WC's a serem colocados por diversas zonas do recinto de festas
- 1 tasquinha grande para a quermesse
- 1 tasquinha dupla

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS observou, que a cedência dos serviços veterinários já não se torna necessária.

Referiu, que a Câmara Municipal tem uma apólice de acidentes pessoais quer para os campinos, quer para os colaboradores, bem como uma apólice para assegurar o transporte dos animais, estando também devidamente assegurada a responsabilidade civil que cobre situações em que os animais, por qualquer razão, possam sair dos desfiles ou da manga e provocar alguns danos.

Acrescentou que a Câmara Municipal está a apreciar, conjuntamente com a Companhia de Seguros, a possibilidade de contratar a cobertura para danos nos próprios animais.

Considerou que, no futuro, as comissões de festas deveriam começar a indicar à Câmara Municipal qual a localização pretendida para os WC, porquanto os funcionários ao serviço do Município têm que andar com aqueles equipamentos de um lado para o outro, dado que a respectiva colocação cria alguns problemas de relacionamento com a população, que reclama alegando que não quer os WC à porta, pois estes não são suficientes, acabando os pretensos utilizadores por usar a zona envolvente.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado, nos termos referidos pelo Senhor Vereador Manuel dos Santos.

Ponto 16 – FESTA EM HONRA DE NOSSA SRA. DA PAZ – PEDIDO DE APOIO

Entidade: Comissão de Festas em Honra de N.ª Sra. da Paz

Vem a Comissão de Festas em Honra de N.ª Sra. da Paz informar, que a festa irá realizar-se de 5 a 9 de Agosto, solicitando o seguinte apoio logístico:

- Montagem de trincheiras, tendo em vista as tradicionais largadas de toiros e respectivo Edital para utilização exclusiva desse espaço na hora das largadas:

5 de Agosto das 17h.30 até às 20h:30
7 de Agosto das 9h:30 até às 13h:30
8 de Agosto das 17h:30 até às 20h:30
9 de Agosto das 17h:30 até às 20h:30

- Montagem de tasquinha para quermesse junto do bar
- Montagem de tasquinha para venda de caipirinhas junto ao bar
- Montagem de palco grande com cobertura, com os devidos apoios laterais para as colunas de som, 3 estrados com 3x3x0,50 cada
- 2 estrados para regi com 3x3x0,10 cada
- Montagem de palco pequeno junto ao palco grande
- Montagem de camarim junto ao palco grande provido de água, luz e WC
- Disponibilização de som e de um técnico para a tarde infantil de sábado, dia 6 de Agosto, com início do espectáculo às 16 horas
- Colocação de grades de protecção junto ao palco grande e mesa de regi
- Corrente eléctrica trifásica com 150 Amperes por fase para o palco grande
- Corrente eléctrica trifásica, para palco pequeno, com 60 Amperes por fase
- Abastecimento de água para feirantes, de modo a facilitar uma melhor higiene do local
- WC's para o recinto da festa
- Disponibilização de um electricista para os dias da festa

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS observou não ser possível proceder à montagem dos apoios laterais para as colunas de som, porquanto tal não permitiria o acesso entre o recinto da festa e o Largo “25 de Abril”.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE disse, que o Senhor Vereador Manuel dos Santos deve ver atempadamente com a Comissão de Festas em Honra de N.ª Sra. da Paz, a questão da montagem dos apoios laterais.

Afirmou, que a Câmara Municipal apenas dispõe de corrente eléctrica trifásica com cento e vinte amperes, sendo necessário proceder à colocação de um gerador.

Observou, que os feirantes devem solicitar o abastecimento de água junto da Águas do Ribatejo.

O SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS considerou que o abastecimento de água para os feirantes deve, efectivamente, ser solicitado à Águas do Ribatejo por estes, ou pelas comissões de festas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado, com excepção da montagem dos apoios laterais para as colunas de som.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que o fornecimento de água para os feirantes é da sua inteira responsabilidade, devendo ser eles a contratar o serviço junto da Águas do Ribatejo.

05.05- Bibliotecas e Arquivo Histórico

Ponto 17 – BIBLIOTECAS MUNICIPAIS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO/ATENDIMENTO

Informação n.º 03/2011, de 14 de Julho

As Bibliotecas Municipais encontram-se com um período de atendimento ao público de 8 horas diárias, não encerrando as suas portas no período de almoço, à excepção da quarta-feira, em que o seu funcionamento se estende pelo período da tarde. Com isto, pretende-se que a biblioteca pública seja um centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.

Assim, devido ao período de férias, propõe-se que durante o mês de Agosto, a Biblioteca Municipal disponibilize o seguinte **horário de atendimento**¹:

Biblioteca Municipal de Benavente

segunda a sexta-feira, das 09.30 às 17.30 horas
não encerra no período de almoço

Fase a esta situação, o horário de quarta-feira mantém-se o mesmo dos restantes dias da semana. No entanto, o encerramento da Biblioteca Municipal no período da manhã de quarta-feira revela-se de extrema importância para a respectiva manutenção dos espaços; por esse motivo, o horário de atendimento da biblioteca voltará ao seu ritmo normal no início do mês de Setembro.

A Técnica Superior, Sandra Ferreira

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, em face da mesma, aprovar o horário de funcionamento da Biblioteca Municipal de Benavente durante o mês de Agosto.

06- Divisão Municipal de Desporto, Acção Social e Juventude

06.03- Intervenção Social e Saúde

Ponto 18 – REVISÃO DE VALOR DE RENDA

Informação Social n.º 111/2011

PEDIDO

A Sr.^a vem solicitar a revisão e consequente redução de renda por considerar que o valor a pagar é excessivamente elevado face às despesas do agregado familiar.

Assim, em sequência do pedido, foi elaborado **Relatório Social**.

PARECER/PROPOSTA

1 - Entende-se por período de atendimento, o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos ou serviços estão abertos para atender o público, podendo este período ser igual ou inferior ao período de funcionamento. (Cf. N.º 1 do Artigo 123.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro)

De acordo com os rendimentos e as despesas mensais consideradas para cálculo da capitação, apenas são deduzidas as relativas à renda e farmácia, o que se traduz numa capitação de 209.71 €. No entanto, as despesas inerentes à habitação, como água, luz, e gás sofreram aumentos significativos e o casal presentemente não consegue fazer face às suas despesas mensais, nomeadamente o pagamento da renda, uma vez que têm muitos problemas de saúde, sendo que, além dos gastos com a medicação, encontram-se ambos em acompanhamento clínico, e deslocam-se assiduamente aos Hospitais em Lisboa para consultas, exames e internamentos, pelo que tiveram necessidade, inclusive, de penhorar alguns bens de valor estimativo.

Tendo em conta a situação descrita, propõe-se a redução do valor da renda, aplicando-se a taxa de esforço de 20%, calculada tendo por base o valor do rendimento mensal líquido do agregado, o que resulta num montante de 128 €

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 2011-07-19

A Técnica Superior
Vera Silva

A Coordenadora de Equipa
Maria do Carmo Francisco

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS informou que o agregado familiar em causa, dada a sua avançada idade, enfrenta grandes gastos com a saúde.

A SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA observou, que os gastos fixos com a saúde não serão por aí além, parecendo-lhe mais preocupantes os valores com a água, a luz e o gás, que têm tendência para subir e acabam por ter um peso muito significativo num orçamento familiar baixo, como o ora em apreço, pese embora uma das reformas seja ligeiramente acima da média.

Todavia, atendendo a que certamente existirão outras situações de dificuldades ao mesmo nível, questionou se a Câmara Municipal possui algum levantamento de quantas existem e qual será o seu significado em termos de aumento do Orçamento municipal para a área da acção social, porquanto se o Executivo tiver uma noção dos pedidos que vão sendo feitos no ano em curso, poder-se-á eventualmente precaver no próximo ano que, segundo os analistas apontam, será igualmente um ano difícil, com aumentos das tarifas da água, luz, gás e transportes públicos, entre outros, sendo que o custo de vida aumentará na generalidade e o poder de compra das famílias baixará.

A SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS informou, que os arrendamentos no âmbito do PROABITA contemplam essa situação, sendo a capitação feita anualmente de acordo com os rendimentos.

Transmitiu, que os serviços de acção social estão a considerar os pedidos que lhe chegam relativamente aos arrendamentos que não se inserem naquele programa e a analisar com atenção quem não está a conseguir face à sua situação.

O SENHOR VICE-PRESIDENTE referiu, que a maior parte dos arrendatários da Câmara Municipal tem rendas já antigas e relativamente acessíveis, que se situam entre os trinta e os setenta euros.

Disse, que os arrendamentos no âmbito do PROABITA obedecem a regras definidas em função duma taxa de esforço que é comum a todas as famílias, não tendo a Câmara Municipal qualquer intervenção.

Acrescentou, que existe um número relativamente reduzido de casas que a Câmara Municipal arrendou e, em situações muito especiais, subarrendou, não sendo nada de significativo em termos do peso que possa vir a ter no Orçamento municipal.

Crê, no entanto, que os serviços de acção social deverão estar atentos para os problemas que possam surgir.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 111/2011 e aprovar a proposta de redução de renda em apreço.

Ponto 19 – APOIO NA CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES – PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE CEDÊNCIA

Informação Social n.º 121/2011

Proposta/Parecer Social

Na sequência do cumprimento, por parte do munícipe, relativamente ao que tem sido solicitado pelos serviços, solicita-se a prorrogação da cedência de uma refeição diária, pelo período de um mês a contar da data da presente deliberação. Esta cedência será cancelada a partir do momento que se verifique algum incumprimento, não justificado, por parte do Sr.

Submete-se à consideração superior, a proposta.

A T.S. de Serviço Social
Eva Teles

A Coordenadora de Equipa
Maria do Carmo Francisco

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA GABRIELA DOS SANTOS recordou que em anterior reunião da Câmara Municipal, foi deliberado que a situação seria objecto de análise mês a mês.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 121/2011 e aprovar a proposta de apoio, na prorrogação do fornecimento de uma refeição diária pelo período de um mês.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Ponto 20 – PEDIDO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS

Informação Social n.º 122/2011

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar:**

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto, julgamos que é uma situação urgente porque não tem dinheiro para adquirir alimentos enquanto o ex-marido não for obrigado a pagar pensão de alimentos. Assim, propomos a cedência de 6 refeições diárias, após deliberação do Executivo Camarário e durante o mês de Agosto. A partir de 15 de Setembro até final de Outubro de 2011, propõe-se a cedência de três refeições diárias.

Propomos a cedência das refeições durante estes três meses, por acharmos ser o período necessário para uma tomada de decisão por parte do Tribunal.

Submete-se à consideração de V. Exa. o Relatório.

Benavente, 18 de Julho de 11

A Técnica Superior, Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 122/2011 e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de seis refeições diárias durante o mês de Agosto, e três refeições diárias no período compreendido entre quinze de Setembro e final de Outubro do ano em curso.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Ponto 21 – APOIO NA CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES – PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE CEDÊNCIA

Informação Social n.º 123/2011

PARECER SOCIAL

Assim e face ao exposto, propomos a prorrogação do apoio – fornecimento de seis refeições diárias – almoço e jantar (7 dias da semana), com início **após deliberação Camarária** e término a 31 Agosto de 2011.

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação.

Benavente, 19 de Agosto de 2011

A Técnica Superior
Vera Silva

A Coordenadora de Equipa
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a informação social n.º 123/2011 e aprovar a proposta de apoio à família, na prorrogação do fornecimento de seis refeições diárias até trinta e um de Agosto do ano em curso.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Ponto 22 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO (MÉRITO, ENSINO SUPERIOR E SECUNDÁRIO), ANO LECTIVO 2010/2011

Informação Social n.º 124/2011

RESUMO DE PROCEDIMENTOS

- a) Em reunião ordinária da Câmara Municipal de Benavente, realizada no dia 23 de Maio de 2011, o Executivo Camarário *“deliberou por unanimidade, aprovar na generalidade a presente proposta de atribuição de bolsas de estudo, submetendo as respectivas listas a eventual reclamação dos interessados, pelo período de dez dias úteis”*.
- b) No dia 16 de Junho de 2011 foram enviados os ofícios aos candidatos a fim de ser dado cumprimento ao n.º 2 do presente relatório final;
- c) O prazo findou dia 14 de Julho de 2011, tendo existido duas reclamações.

- 1- CANDIDATA: **Patrícia Alexandra de Oliveira David – Ensino Superior**
- 2- CANDIDATO: **Pedro Miguel Gonçalves Serafim – Ensino Secundário**

PARECER FINAL

Em suma e respeitando os pedidos apresentados, estamos em condições de afirmar que o pedido da candidata Patrícia David cumpre os fundamentos necessários para que se proceda a uma alteração da proposta inicial, passando a existir mais uma candidatura a Bolsa de Estudo /Ensino Superior 1.º escalão.

Uma vez que todos os candidatos foram notificados (à excepção daqueles cuja correspondência veio devolvida), tomando conhecimento da bolsa a atribuir e do seu valor, propõe-se não fazer alteração aos valores já apresentados, acrescentando o valor desta bolsa ao cálculo final. Atendendo ao facto de ter ficado uma margem de 450 €, para atingir o valor total do orçamento para as Bolsas de Estudo (29.800 €), propõe-se a alteração de 29.350 € para 29.750 €, incluindo assim neste valor, a bolsa da aluna Patrícia Alexandra de Oliveira David.

PROPOSTA DE DECISÃO

Assim, face ao exposto e decorridos os trâmites legais, encontra-se a Câmara Municipal de Benavente em condições de deliberar sobre a presente proposta de atribuição de Bolsas de Estudo - Mérito, Ensino Superior e Secundário, ano lectivo 2010/11 que a seguir se transcreve:

ENSINO SUPERIOR

MÉRITO

Nome
1- Cátia Isabel Lopes Marramaque
2- Ganna Shcherbyna
3- Diogo José Marques Machado
4- Marlene Andreia Costa Inocêncio Vargas Martins
5- Rute Alexandra Falcão Pereira
6- Luís Miguel Silva Martins
7- Joana Alexandra Cascalheira Condeixa
8- Sara Sofia Costa Moreira
9- Arianas Barradas da Silva
10- Raquel Cardoso Tavares
11- Francisco Manuel Oliveira Coelho
12- David Francisco Sampaio Costa
13- Rita Martins Sereno
14- Mafalda Sofia Sandambi da Silva
15- Denys Holovanchuk
16- Gonçalo Basílio Damas Duarte Sansana

17- Ana Cláudia Marques da Fonseca
18- Daniela Patrícia Beja Duarte dos Santos
19- Rui Rodrigues da Cruz Parracho
20- Ricardo Filipe Fragoso Prates
21- Ana Catarina Fernandes Guerra
22- Miguel Alexandre Barros Batista
23- Andreia Ricardo da Fonseca
24- Rute Alexandra Morais Mesquita de Sousa Primo
25- Ana Lúcia David Rodrigues
26- Ana Luísa Parracho Domingos Iria
27- Carina Rego Costa
28- Filipa Oliveira Nobre
29- Vânia Cristina Martins Miranda
30- Joana Filipa Siquenique Leite
31- César Alexandre Martins Gomes
32- Vanessa Braga Salvador
33- Carlos Filipe Moisés de Sousa
34- José Eduardo Cardoso da Rosa
35- Pedro Miguel Marques Pimenta
36- Telma Filipa Lucas de Mira Pereira

1.º ESCALÃO

Nome
1- Bruce Miguel Pereira Lobato da Silva
2- Pedro Daniel dos Santos Nunes
3- Miguel Filipe Melo Martins
4- Mafalda Isabel Morais da Costa
5- Anastasiya Shcherbyna
6- Ana Sofia Marques Machado
7- Sviatlana Bystrova
8- Kátia Filipa Branco dos Reis
9- Andreia Sofia Carvalho Ferreira
10- Patrícia Alexandra de Oliveira David ¹
11- Patrícia Isabel Pereira Pacheco

¹ Nome acrescentado após reclamação da candidata

12- Patrícia Isabel Cuco da Fonseca
13- Rita M ^a Mendes Cuco da Fonseca
14- Joana Rita dos Santos David Machado Leite
15- Bruna Alexandra Horta Teles
16- Paulo Jorge dos Santos Oliveira
17- Tânia Isabel Alfinete Gonçalves

2.º ESCALÃO

Nome
1- André Filipe Rodrigues Policarpo
2- Elsa Margarida Oliveira Gonçalves
3- Ana Catarina Malvas Cruz Leitão
4- Gonçalo Miguel Firmino Clarimundo
5- Guilherme Lopes Romano
6- M. ^a Verónica de Freitas Pereira
7- Cláudio Daniel Marques Romão

3.º ESCALÃO

Nome
1- Dina Lavrenkova
2- Joana Cristina Crespo Viegas
3- Frederico José Castelo Tomás Martins
4- Ivete Belo Mateus Marques
5- Andreia Sofia da Silva Sebastião
6- Rogério Manuel Ferreira Oliveira
7- Eduardo Luís Costa Pereira

ENSINO SECUNDÁRIO

Nome
1- André Filipe da Silva Durães
2- Sandra Cristina Perdigão de Abreu Rodrigues
3- João Paulo Ribeiro Antunes
4- Ana Rita Cuco da Fonseca
5- Miguel Ângelo Belas Batista
6- João Mário Ruivo Duarte

7- Ana Rita da Silva Oliveira Coelho
8- Andriy Bokhonskyy
9- Sofia Gonçalves Oliveira
10- Ana Catarina Augusto Vasco
11- Mariana Raquel Paulino Serafim
12- Mafalda Sofia Paulino Serafim
13- Bruno Alexandre Paulino Borges
14- Nelson David Rodrigues Policarpo
15- Pedro Filipe Malico Paulino Lobato
16- Luís Alberto Oliveira Ferreira
17- Diogo Rafael Carreiras Martins
18- Ana Rita Lopes Medeiros
19- Nair Carranca Pernes
20- Pedro Carranca Pernes

Submete-se à consideração superior a análise, apreciação e decisão de todos os elementos constantes na presente Informação.

A Técnica Superior, M^a do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade, com base no presente relatório final, aprovar a proposta de atribuição de Bolsas de Estudo de Mérito, Ensino Superior e Secundário, respeitantes ao ano lectivo 2010/2011.

Ponto 23 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA

SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ

1- FESTA DA SARDINHA ASSADA DE SANTO ESTÊVÃO

Congratulou a Comissão da Festa da Sardinha de Santo Estêvão pela realização de mais uma edição daquelas festividades, que decorreram no passado fim-de-semana. Afirmou que aquela Comissão de Festas está de parabéns pelos espectáculos que levou a cabo durante aquele período, bem como pela dinamização da festa brava que, felizmente, desta vez correu sem incidentes.

SENHOR VEREADOR MANUEL DOS SANTOS

1- FESTA DA SARDINHA ASSADA DE SANTO ESTÊVÃO

Associou-se aos parabéns endereçados pelo Senhor Vereador José Rodrigues da Avó à Comissão da Festa da Sardinha de Santo Estêvão, pelas festividades que tiveram lugar no decurso do último fim-de-semana.

Na sequência das intervenções dos Senhores Vereadores, o **SENHOR VICE-PRESIDENTE** teceu a seguinte consideração:

1- FESTA DA SARDINHA ASSADA DE SANTO ESTÊVÃO

Considerou que a Câmara Municipal se deve associar aos parabéns endereçados à Comissão da Festa da Sardinha de Santo Estêvão, tanto mais que houve um interregno na realização das festas em Santo Estêvão e o aparecimento daquela Comissão foi positivo, dada a importância de que as festividades se revestem para qualquer comunidade, e particularmente para aquela freguesia.

Ponto 24 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- VI Alteração ao Orçamento e VI Alteração às Grandes Opções do Plano / Proposta;
- Plano de Gestão de Lamas (PGL) – Pedido de parecer relativo às condicionantes apresentadas;
- Reclamações;
- Apoio na cedência de refeições – prorrogação dos períodos de cedência;
- Pedido de fornecimento de refeições diárias ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem Estar Social Padre Tobias.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos.

Para constar se lavrou a presente acta, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Palmira Alexandra de Carvalho Morais Alexandre Machado, Chefe da Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, a subscrevi e assino.



Município de Benavente

ANEXO

- **VI Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2011** (8 folhas)

Reunião da Câmara Municipal de 25 de Julho de 2011

6.ª Alteração ao Orçamento

da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de



APROVAÇÃO

Câmara Municipal .. Reunião de 25/07/2011



Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2011

Receita

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Previsões Actuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
12	Passivos financeiros					
1206	Empréstimos a médio e longo prazos					
120602	Sociedades financeiras					
12060203	Empréstimo contratado em 2011 - Crédito Agrícola	0,00	1.258.315,00		1.258.315,00	
	Receitas de Capital:	0,00	1.258.315,00	0,00	1.258.315,00	
Total de receitas correntes:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de receitas de capital:		0,00	1.258.315,00	0,00	1.258.315,00	
Total de outras receitas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		0,00	1.258.315,00	0,00	1.258.315,00	



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2011

Despesa

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Dotações Actuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
01	Administração Autárquica					
01 02	Aquisição de bens e serviços					
01 0202	Aquisição de serviços					
01 020217	Publicidade	1.500,00	1.500,00		3.000,00	
	Despesas Correntes:	1.500,00	1.500,00	0,00	3.000,00	
	Total do Orgão 01:	1.500,00	1.500,00	0,00	3.000,00	
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
02 010202	Horas extraordinárias	170.000,00		20.000,00	150.000,00	
02 010204	Ajudas de custo	18.000,00		5.000,00	13.000,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020101	Matérias-primas e subsidiárias	49.500,00		20.000,00	29.500,00	
02 020108	Material de escritório	65.000,00		10.000,00	55.000,00	
02 020121	Outros bens	247.241,00	22.000,00		269.241,00	
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020203	Conservação de bens	636.101,83	28.050,00		664.151,83	
02 020208	Locação de outros bens	26.150,00	1.000,00		27.150,00	
02 020212	Seguros	75.500,00	8.000,00		83.500,00	
02 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	157.730,00	6.000,00		163.730,00	
02 020219	Assistência técnica	52.000,00	5.000,00		57.000,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados	80.000,00	4.000,00		84.000,00	
02 020225	Outros serviços					
02 02022503	Diversos	112.200,00	7.500,00		119.700,00	
02 02022505	Aquisição de Serviços de Cultura e de Recreio	90.000,00		8.850,00	81.150,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0403	Administração central					
02 040301	Estado					
02 04030103	Escolas	40.125,00		4.000,00	36.125,00	
	Despesas Correntes:	1.819.547,83	81.550,00	67.850,00	1.833.247,83	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070103	Edifícios					



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2011

Despesa

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Dotações Actuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 07010301	Instalações de serviços	3.905,00		3.000,00	905,00	
02 07010302	Instalações desportivas e recreativas	300.206,00	75.000,00		375.206,00	
02 07010305	Escolas					
02 0701030502	Reparação e beneficiação	98.376,00	675.520,00		773.896,00	
02 07010307	Outros	0,00	50.000,00		50.000,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	756.033,00	198.475,00		954.508,00	
02 07010405	Parques e jardins	721.384,00	148.000,00		869.384,00	
02 07010408	Viação rural	493.712,00	119.320,00		613.032,00	
02 07010413	Outros	30.500,00		4.500,00	26.000,00	
02 070115	Outros investimentos	59.000,00	14.300,00		73.300,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	515.629,00		30.000,00	485.629,00	
Despesas de Capital:		2.978.745,00	1.280.615,00	37.500,00	4.221.860,00	
Total do Orgão 02:		4.798.292,83	1.362.165,00	105.350,00	6.055.107,83	
Total de despesas correntes:		1.821.047,83	83.050,00	67.850,00	1.836.247,83	
Total de despesas de capital:		2.978.745,00	1.280.615,00	37.500,00	4.221.860,00	
Total de outras despesas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		4.799.792,83	1.363.665,00	105.350,00	6.058.107,83	

ORGÃO EXECUTIVO

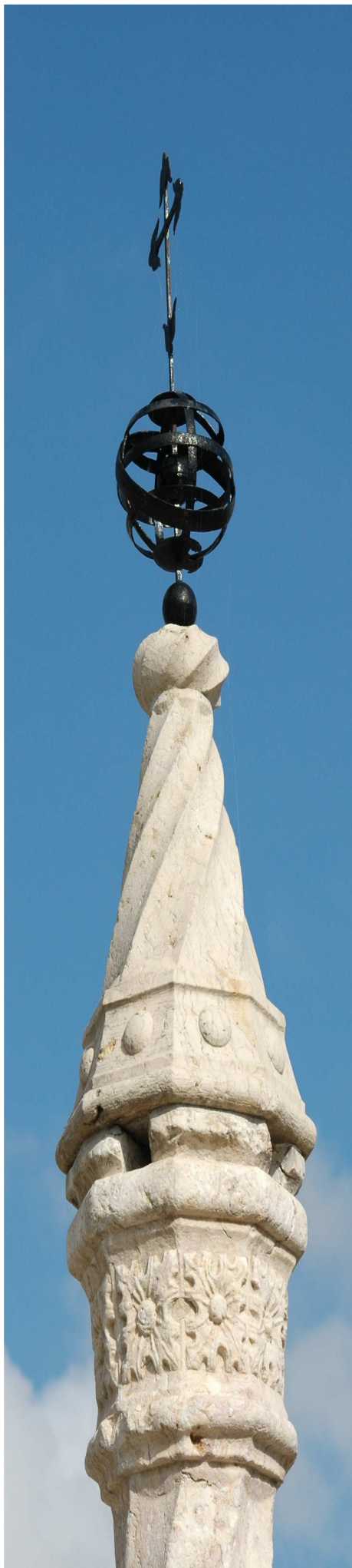
Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



6.^a Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2011

APROVAÇÃO

Câmara Municipal ... Reunião de 25/07/2011



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2011
Alteração Nº 6

Obj.	Prog.	Projecto	Acq.	Sub-acq.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas						Anos Seguintes						
											Dotação Actual			Ano Corrente - 2011		Dotação Corrigida							
		Ano	Nº	Org.		Económica	Início	Fim	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2012	2013	2014	2015 e seguintes			
01					EDUCAÇÃO							1.942.567,00	675.520,00	2.618.087,00	681.520,00	-675.520,00	2.624.087,00	0,00	2.624.087,00				
01	001				Educação pré-escolar							17.410,00	75.520,00	92.930,00	70.520,00	-75.520,00	87.930,00	0,00	87.930,00				
01	001	2010	30		Arranjos Exteriores escolas pré- primárias							2.285,00	75.520,00	77.805,00	75.520,00	-75.520,00	77.805,00	0,00	77.805,00				
01	001	2010	30	2	Escola n.º 1 Benavente	02	0701030502	03	01/10/12/11			0,00	38.220,00	38.220,00	38.220,00	-38.220,00	38.220,00	0,00	38.220,00				
01	001	2010	30	3	Escola pré-primária Areias	02	0701030502	03	01/10/12/11			0,00	37.300,00	37.300,00	37.300,00	-37.300,00	37.300,00	0,00	37.300,00				
01	001	2011	5002		Apoio aq. mat. didáctico e às despesas de funcionamento	02	04030103	02	01/11/12/11			7.125,00	0,00	7.125,00	-5.000,00		2.125,00	0,00	2.125,00				
01	002				Ensino básico							1.870.546,00	600.000,00	2.470.546,00	611.000,00	-600.000,00	2.481.546,00	0,00	2.481.546,00				
01	002	2008	27		Beneficiação / Ampliação Escolas							92.000,00	600.000,00	692.000,00	600.000,00	-600.000,00	692.000,00	0,00	692.000,00				
01	002	2008	27	1	Escola EB1 n.º 1 - Benavente							48.000,00	300.000,00	348.000,00	300.000,00	-300.000,00	348.000,00	0,00	348.000,00				
01	002	2008	27	1	2 Obra de Construção Civil	02	0701030502	03	01/08/12/11			0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00				
01	002	2008	27	2	Escola EB1 n.º 1 - Samora Correia							44.000,00	300.000,00	344.000,00	300.000,00	-300.000,00	344.000,00	0,00	344.000,00				
01	002	2008	27	2	2 Obra de Construção Civil	02	0701030502	03	01/10/12/11			0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00				
01	002	2011	5003		Manutenção/Conservação das escolas 1º Ciclo							12.500,00	0,00	12.500,00	10.000,00		22.500,00	0,00	22.500,00				
01	002	2011	5003	2	Aquisição bens	02	020121	03	01/11/12/11			5.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00		15.000,00	0,00	15.000,00				
01	002	2011	5005		Apoio aq. mat.didáctico e às despesas de funcionamento	02	04030103	04	01/11/12/11			31.000,00	0,00	31.000,00	1.000,00		32.000,00	0,00	32.000,00				
02					PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA							616.018,83	0,00	616.018,83	-11.850,00		604.168,83	0,00	604.168,83				
02	001				Cultura							616.018,83	0,00	616.018,83	-11.850,00		604.168,83	0,00	604.168,83				
02	001	2011	5006		Aquisição livros e outro material p/ Bibliotecas							14.000,00	0,00	14.000,00	-3.000,00		11.000,00	0,00	11.000,00				
02	001	2011	5006	4	Fundo documental - livros, áudio, vídeo e multimédia	02	020121	04	01/11/12/11			8.000,00	0,00	8.000,00	-3.000,00		5.000,00	0,00	5.000,00				
02	001	2011	5015		Centro Cultural Samora Correia							25.000,00	0,00	25.000,00	-5.000,00		20.000,00	0,00	20.000,00				
02	001	2011	5015	1	Cinema	02	02022505	04	01/11/12/11			20.000,00	0,00	20.000,00	-5.000,00		15.000,00	0,00	15.000,00				
02	001	2011	5016		Iniciativas Culturais							43.000,00	0,00	43.000,00	-3.850,00		39.150,00	0,00	39.150,00				
02	001	2011	5016	2	Comemoração aniversário 25 Abril	02	02022505	04	01/11/12/11			5.000,00	0,00	5.000,00	-1.500,00		3.500,00	0,00	3.500,00				
02	001	2011	5016	3	Dia Mundial da Criança	02	02022505	04	01/11/12/11			6.000,00	0,00	6.000,00	-1.400,00		4.600,00	0,00	4.600,00				
02	001	2011	5016	8	Encontro Poetas Populares do Ribatejo	02	02022505	04	01/11/12/11			1.000,00	0,00	1.000,00	-950,00		50,00	0,00	50,00				
03					TEMPOS LIVRES E DESPORTO							525.823,00	75.000,00	600.823,00	45.000,00	-75.000,00	570.823,00	0,00	570.823,00				
03	001				Desporto, recreio e lazer							525.823,00	75.000,00	600.823,00	45.000,00	-75.000,00	570.823,00	0,00	570.823,00				
03	001	2010	33		Construção balnearios no Polivalente Santo Estevão	02	07010302	03	01/10/12/11			0,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	-75.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00				
03	001	2011	5020		Melhoria das instalações desportivas e recreativas das Colectividades e Associações	02	080701	04	01/11/12/11			43.250,00	0,00	43.250,00	-30.000,00		13.250,00	0,00	13.250,00				
04					ACÇÃO SOCIAL							162.017,00	200.000,00	362.017,00	50.000,00	-50.000,00	212.017,00	150.000,00	362.017,00				
04	001				Solidariedade Social							162.017,00	200.000,00	362.017,00	50.000,00	-50.000,00	212.017,00	150.000,00	362.017,00				
04	001	2011	27		Grande Reparação do edifício municipal afecto ao Centro de Dia de Santo Estevão	02	07010307	03	01/11/12/11			0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00				
05					SAÚDE							3.402,00	0,00	3.402,00	-3.000,00		402,00	0,00	402,00				
05	001				Reparação Posto Médico							3.402,00	0,00	3.402,00	-3.000,00		402,00	0,00	402,00				



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2011
Alteração Nº 6

Obj.	Prog.	Projecto		Acc.	Sub-acc.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas						Anos Seguintes					
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Actual			Ano Corrente - 2011		Dotação Corrigida			2012	2013	2014	2015 e seguintes		
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
05	001	2007	53			Reparação Posto Médico - Centro Social Foros Charneca	02	07010301	03	01/07	12/10	3.402,00	0,00	3.402,00	-3.000,00		402,00	0,00	402,00				
06						HABITAÇÃO, ORDENAMENTO TERRITÓRIO E URB.						306.000,00	0,00	306.000,00	14.300,00		320.300,00	0,00	320.300,00				
06	002					Ordenamento do Território						132.300,00	0,00	132.300,00	14.300,00		146.600,00	0,00	146.600,00				
06	002	2002	25			Revisão Plano Director Muncpal/PMOT's	02	070115	01	01/02	12/12	59.000,00	0,00	59.000,00	14.300,00		73.300,00	0,00	73.300,00				
09						AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO						1.107.286,00	128.974,00	1.236.260,00	18.974,00	-18.974,00	1.126.260,00	110.000,00	1.236.260,00				
09	001					Saneamento						23.586,00	18.974,00	42.560,00	18.974,00	-18.974,00	42.560,00	0,00	42.560,00				
09	001	2011	28			Construção/ Remodelação Passagens Hidráulicas						0,00	18.974,00	18.974,00	18.974,00	-18.974,00	18.974,00	0,00	18.974,00				
09	001	2011	28	1		Rua da Primavera - Coutada Velha	02	07010401	03	05/11	12/11	0,00	10.706,00	10.706,00	10.706,00	-10.706,00	10.706,00	0,00	10.706,00				
09	001	2011	28	2		Rua Santo Isidro - Arados	02	07010401	03	05/11	12/11	0,00	8.268,00	8.268,00	8.268,00	-8.268,00	8.268,00	0,00	8.268,00				
11						EQUIPAMENTO RURAL E URBANO						1.578.496,00	111.000,00	1.689.496,00	168.050,00	-11.000,00	1.746.546,00	100.000,00	1.846.546,00				
11	001					Espaços verdes						1.266.773,00	11.000,00	1.277.773,00	172.550,00	-11.000,00	1.439.323,00	0,00	1.439.323,00				
11	001	2008	28			Urbanização do Brejo - 3ª fase	02	07010405	03	01/08	12/11	4.095,00	0,00	4.095,00	-2.000,00		2.095,00	0,00	2.095,00				
11	001	2008	75			Arranjo zona verde na urbanização Oliveirinha	02	07010405	03	01/08	12/11	84.500,00	0,00	84.500,00	-5.000,00		79.500,00	0,00	79.500,00				
11	001	2009	12			Arranjo urbanístico - loteamento Fernando Caneças, Benavente	02	07010405	03	01/09	12/11	172.052,00	0,00	172.052,00	5.000,00		177.052,00	0,00	177.052,00				
11	001	2010503E				Manutenção e conservação de jardins e zonas verdes						320.000,00	0,00	320.000,00	22.050,00		342.050,00	0,00	342.050,00				
11	001	2010503E	1			Conservação de zonas verdes	02	020203	03	01/10	12/12	320.000,00	0,00	320.000,00	22.050,00		342.050,00	0,00	342.050,00				
11	001	2011	22			Sistemas de captação de água para rega de zonas verdes	02	07010405	03	01/11	12/11	11.000,00	11.000,00	22.000,00	150.000,00	-11.000,00	161.000,00	0,00	161.000,00				
11	001	2011503E				Manutenção e conservação de jardins e zonas verdes						30.000,00	0,00	30.000,00	2.500,00		32.500,00	0,00	32.500,00				
11	001	2011503E	2			Aquisição de bens para conservação	02	020121	03	01/11	12/11	10.000,00	0,00	10.000,00	2.500,00		12.500,00	0,00	12.500,00				
11	002					Instalações dos serviços						128.973,00	0,00	128.973,00	-4.500,00		124.473,00	0,00	124.473,00				
11	002	2010	28			Construção Parque viaturas abandonadas - estaleiro Hortinha	02	07010413	03	01/10	12/11	23.000,00	0,00	23.000,00	-4.500,00		18.500,00	0,00	18.500,00				
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						1.528.745,00	333.821,00	1.862.566,00	299.321,00	-323.821,00	1.828.066,00	10.000,00	1.838.066,00				
12	001					Ruas e arruamentos						925.033,00	189.501,00	1.114.534,00	180.001,00	-189.501,00	1.105.034,00	0,00	1.105.034,00				
12	001	2005	29			Benef./ reabilitação rede urbana concelhia						47.745,00	117.380,00	165.125,00	117.380,00	-117.380,00	165.125,00	0,00	165.125,00				
12	001	2005	29	3		Arruamentos de Santo Estevão e Foros de Almada	02	07010401	03	01/05	12/11	26.370,00	117.380,00	143.750,00	117.380,00	-117.380,00	143.750,00	0,00	143.750,00				
12	001	2008	35			Construção novos passeios						73.100,00	0,00	73.100,00	-27.100,00		46.000,00	0,00	46.000,00				
12	001	2008	35	7		Novos Passeios na Freguesia de Benavente	02	07010401	03	01/09	12/11	37.100,00	0,00	37.100,00	-27.100,00		10.000,00	0,00	10.000,00				
12	001	2009	19			Circular Urbana a Samora Correia	02	07010401	03	01/09	12/12	631.340,00	0,00	631.340,00	37.100,00		668.440,00	0,00	668.440,00				
12	001	20105044				Conservação/ Manutenção de arruamentos						2.500,00	0,00	2.500,00	-2.500,00		0,00	0,00	0,00				
12	001	20105044	2			Aquisição de materiais para conservação	02	020121	03	01/10	12/10	2.500,00	0,00	2.500,00	-2.500,00		0,00	0,00	0,00				
12	001	2011	24			Pavimentação da Rua Nº Srª da Paz - Foros da Charneca	02	07010401	03	01/11	12/11	0,00	72.121,00	72.121,00	52.121,00	-72.121,00	52.121,00	0,00	52.121,00				
12	001	20115044				Reparação / Conservação de calçadas e passeios nas zonas urbanas						65.000,00	0,00	65.000,00	3.000,00		68.000,00	0,00	68.000,00				



Município de Benavente

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2011
Alteração Nº 6

Obj.	Prog.	Projecto		Acç.	Sub-acç.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas											Anos Seguintes			
		Ano	Nº				Org.	Económica		Início	Fim	Dotação Actual			Ano Corrente - 2011		Dotação Corrigida									
												Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2012	2013	2014	2015 e seguintes			
12	001	2011	5044	2		Aquisição bens	02	020121	03	01/11	12/11	20.000,00	0,00	20.000,00	3.000,00		23.000,00	0,00	23.000,00							
12	002					Rede Viária e sinalização						603.712,00	144.320,00	748.032,00	119.320,00	-134.320,00	723.032,00	10.000,00	733.032,00							
12	002	2011	25			Pavimentação de caminhos em Santo Estevão	02	07010408	03	01/11	12/11	0,00	105.000,00	105.000,00	105.000,00	-105.000,00	105.000,00	0,00	105.000,00							
12	002	2011	26			Pavimentação da Estrada do Foro do Sabino	02	07010408	03	01/11	12/11	0,00	29.320,00	29.320,00	14.320,00	-29.320,00	14.320,00	0,00	14.320,00							
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												1.530.734,00	1.154.315,00	2.685.049,00	1.262.315,00	-1.154.315,00	2.793.049,00	0,00	2.793.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____